



N.º 5

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA
EFETUADA NO DIA 20 DE SETEMBRO DE
2019**

Aos vinte dias do mês de setembro de dois mil e dezanove, reuniu, pelas vinte horas e onze minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

I – De acordo com a Lei n.º 76/2013, de 12 de setembro, a CME apresenta para deliberação da AME os seguintes pontos:

- 1. Pedido de autorização para abertura de procedimentos concursais para recrutamento de pessoal técnico, por tempo determinado – Ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Évora.**
- 2. Proposta para nova submissão à Assembleia Municipal da aprovação dos contratos de empréstimos para substituição do PAEL.**
- 3. Proposta de aprovação de minuta de aditamento ao contrato de empréstimo (mútuo) celebrado com o Banco BPI, para substituição do PAEL**
- 4. Proposta de aquisição de prédio urbano – Terreno para expansão do Parque Industrial e Tecnológico de Évora (PITÉ)**
- 5. 6.º Relatório semestral do Plano de Saneamento Financeiro – junho de 2019.**
- 6. Relatório de Revisão às Demonstrações Financeiras do Município de Évora – 1.º semestre de 2019.**
- 7. Auditoria ao Município de Évora – Controlo do Programa de Apoio á Economia Local (PAEL).**
- 8. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo.**

Estiveram presentes os membros da Mesa:

Presidente – Carlos Alberto Gião Reforço

1ª Secretária – Ana Luísa Bragança Boto

2º Secretário – Bruno Manuel dos Santos Martins

Feita a chamada, verificaram-se mais as seguintes presenças: Carla Semedo (em substituição de Ananias Quintano), José Figueira, Nuno Leão (em substituição de Paulo Jaleco), Ana Beatriz Cardoso, Maria Clara Grácio, Silvino Costa, António Jara, Nuno Alas, Maria Elmina Lopes, Frederico Carvalho, Carlos Cruz (em substituição de Jorge Silva), Adelino Fonseca, Ângela Caeiro, Maria da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Nazaré Lança, Jorge Lourido, João Simas, Joaquim Condeço (em substituição de João Canha), Maria Antónia Boieiro, Duarte Guerreiro (em substituição de Gertrudes Pastor), Isidro Lobo, Eulália Miranda (em substituição de José Russo), Jerónimo José, António Maduro, José Piteira, Joaquim Pimpão, Manuel Recto, Florinda Russo, Luís Ramalho, Lúcio Guerreiro e Nuno Cabrita.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Carlos Pinto de Sá, e pelos(as) Vereadores(as) Sara Dimas Fernandes, Eduardo Luciano, Alexandre Varela, Elsa Teigão, João Ricardo e António Costa da Silva.

PRIMEIRA PARTE DESTINADA AO PÚBLICO

Ao iniciar a sessão, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que os intervenientes teriam que abordar assuntos fora do contexto da ordem do dia, tendo, entretanto, o Sr. **Nuno Cabral**, em representação da **Associação de Pais da Escola de S. Mamede**, por forma a não se dispersar, pedindo licença para ler as inquietações dos pais: *“Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Presidentes de Junta, pais e alunos da escola de S. Mamede, cuja presença agradeço.*

Hoje decidimos estar nesta Assembleia Municipal, eu, como Presidente da Associação de País, mas principalmente como pai e cidadão eborense. Pretendíamos trazer para discussão pública uma série de adversidades que existem na escola de S. Mamede, que prejudicam 218 crianças de 9 turmas da nossa cidade.

Sublinho, que a nossa presença visa colocar em discussão e procurar soluções para os problemas da escola. A Associação de Pais, como está previsto nos seus estatutos, e não só por isso, mas porque fazemos questão que assim seja, é “apartidária” não interessa a cor partidária de cada pai, o que queremos trazer, são problemas para discussão pública se assim o entenderem, dar voz aos alunos e a toda a comunidade escolar que vive esses problemas.

A escola de S. Mamede, como todos saberão, é uma das duas escolas - Santa Clara e S. Mamede – que estão instaladas em antigos conventos, que como é do conhecimento geral trazem problemas de manutenção e todos os problemas que da sua antiguidade possam surgir.

Sempre colocamos em prol que a nossa associação sempre trabalhou e quis trabalhar com todas as instituições. Trabalhamos sempre próximo com a junta de Freguesia como Sr. Presidente que está presente, sabe. Também temos trabalhado com a Câmara, etc.

Volto a frisar que não queremos atacar ninguém, apenas colocar um problema para discussão e se possível, entre todos encontrar uma solução para resolver o problema.

Para quem não conhece a escola, tem 3 espaços exteriores onde os alunos brincam e fazem prática desportiva. O pátio superior, fica dentro dos claustros, está interdito para as crianças brincarem, há mais de 2 anos, quase a fazer 3 anos. Esta obra foi planeada pela Câmara municipal que visa colocar um telheiro a 1/3 do pátio, para que nos dias de chuva as crianças terem um local para brincarem, e ainda, a construção de casas de banho que não existem. Esta obra tem tido muitos atrasos devidos à prospeções arqueológicas, como foi explicado pelos membros da Câmara.

Há algum tempo fomos informados que o anterior concurso contrato foi revogado, e que é necessário um novo concurso público, pelo que acreditam que em menos de um ano letivo será impossível concluir a obra contando com todas as adversidades. O que significa menos um pátio para as crianças brincarem.

O pátio inferior onde se situa o pavilhão, é um pátio de terra, Há uns 3 ou 4 anos vi o projeto, com um passadiço para que as crianças não andassem a pisar a lama. Penso que o projeto foi elaborado



pelo Sr. Arqt.º Nuno Cabrita. Foram pedidos vários pareceres incluindo à Direção Geral de Monumentos, mas ainda assim, o projeto não avançou. Esperávamos que tivesse arrancada há algum tempo, mas fomos surpreendidos no primeiro dia de aulas com máquinas dentro da escola. Mesmo dentro da escola não havia conhecimento da intervenção, sendo que a apresentação dos pais foi uma surpresa com inúmeros buracos e muito pó no acesso ao pavilhão. Dos três pátios, dois estão interditos. No pátio central, onde as crianças brincam e realizam atividades desportivas bem como as praticas desenvolvidas pela Câmara.

Esta quarta-feira fomos surpreendido, pela segunda vez em seis meses, com o esgoto que fica nas escadas de acesso ao pátio, a verter tudo que sai das instalações sanitárias que ficam da parte de cima, e são da Universidade,

Foi-nos dito que as casas de banho foram seladas de imediato, a Universidade comprometeu-se com as limpezas, um piquete da Câmara foi de imediato para lá logo que foi dado o alarme. O cheiro era nauseabundo, No dia seguinte, quinta-feira, as casas de banho estavam a funcionar. Não sei se a universidade já tinha feito a limpeza.

Temo que a situação volte a acontecer. Três pátios na quarta-feira, ficaram todos interditos às crianças. O que significa, que mais de 220 crianças ficam, sempre que chove, limitadas a um corredor de pouco mais de 200 metros quadrados, por muito bem que se portem, há choros, encontrões e tudo mais que se possa imaginar.

Em relação à situação das casas de banho da Universidade, existem infiltrações, que prometem ser arranjadas, mas que vão dar com a parede da cave, onde se encontra a despensa e o refeitório. Apesar de não ser uma grande infiltração, as funcionárias confirmam um cheiro horrível., embora eu confio que não haja perigo para os alimentos. Estão bem fechados numa parede inversa da divisão. Espero que não aconteça mais nada, apesar de ser mais uma adversidade da escola.

Refiro também, e não menos importante, este ano a escola foi obrigado a aceitar um aluno de mobilidade reduzida (palavras do diretor do agrupamento). Esta escola, não tem sequer uma rampa, sendo que o refeitório e a casa de banho se situam na cave com dois lances de escada. Como a obra que ainda não foi feita, não há casas de banho e apenas existem bebedouros e torneiras que não funcionam.

Estamos a falar de uma escola, estou a ver docentes na sala, não só universitários, mas também do ensino básico e secundário, que com certeza, estão sensíveis que todo este ambiente prejudica o fator ensino/aprendizagem.

As crianças estão mais nervosas, choram com mais facilidade e as duas funcionárias da hora do almoço, para 218 alunos, não conseguem prestar a atenção necessária a tudo, os alunos chegam a casa, fazem queixas, e é impossível as duas funcionárias conseguirem ver e dar conta de tudo, Todos sabemos que o problema não é da Câmara Municipal, que as competências estão no Ministério da Educação.

Deixem-me dar uma palavra pública, que não estamos a falar só de alunos, mas também funcionários, assistentes operacionais que são heróis, na minha opinião. No que fazem e no zelo que têm pelas instalações, são exemplares. Os docentes com estas condições que têm para trabalhar podemos imaginar quais os níveis motivacionais que têm para o ensino, e ainda a Coordenadora da Escola, que segundo as palavras do próprio Diretor do Agrupamento, a Senhora “governa o ingovernável”. Enquanto pai e em representação da Associação de Pais estamos muito agradecidos por tudo que disse.

Friso isto tudo, porque é uma Escola de que todos temos orgulho. Ninguém quer que a Escola feche, como outro dia, alguém nos dizia, Se for preciso que a escola feche 2/3 dias para uma intervenção, tudo bem, Todos os pais temos orgulho que os seus filhos frequentem a Escola de S. Mamede. Todos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

gostamos da Escola, tem 220 alunos, é a maior Escola do 1.º ciclo em Évora. Deixa-nos orgulhosos, e queremos, ajudar em tudo. Foi por isso que lançámos um email a propor uma reunião para o próximo dia 24 às 17h30m, entre a Câmara, Junta de Freguesia, Agrupamento, DGEst e Associação de Pais, para entre todos, lançarmos pontos de entendimento tentarmos encontrar soluções entre todos. O pedido de reunião de trabalho saiu previamente ao comunicado da Câmara assinado pela Sra. Vereadora, e pelo Presidente da Junta, em que é comunicada uma sessão de esclarecimento no próximo dia 23, com todos os pais.

Nós propusemos uma reunião de trabalho, para ser se entre todos conseguimos encontrar uma solução A Associação de Pais, tem todo o interesse em encontrar uma solução para o problema, Está aqui, no intuito de desemperrar o problema com uma solução. O interesse não é andar em lutas, é simplesmente encontrar a solução para o bem das nossas crianças. Adiantará reunir no próximo dia 23, será muito bom reunir com os pais, mas gostariam também de realizar a reunião que solicitaram. Não pode ser esquecer que dentro daquela escola, está um local de ensino, com todos os problemas e com todos os bons profissionais. Com enviou na mensagem aos pais que hoje estariam na Sessão da Assembleia, enviou uma mensagem a todas as crianças a informar que poderiam estar presentes na sessão da Assembleia Municipal.

Só peço que ao entrarmos dentro da escola para a reunião dia 23/24 ninguém se esqueça que ali é um local de ensino. Que as lutas partidárias têm que ficar do lado de fora. Que se discuta sim, mas de forma a resolver os problemas da escola.”

O Sr. Presidente da Câmara começou por agradecer a forma como o representante da Associação de Pais colocou os problemas que são reais e verdadeiros, correspondem às preocupações dos pais e da Câmara, mas que foram impossíveis de ultrapassar devido a um conjunto de coincidências não possível prever atempadamente. Afirmou que a Câmara entende que a escola de S. Mamede deve ser valorizada e requalificada, pelo que têm sido feitas obras de requalificação ao longo dos últimos anos. Concordou que esta era uma das duas escolas no Centro Histórico. Que também a outra escola do Centro Histórico, de Santa Clara, apresentava problemas bastante graves.

Lembrou que há uns anos a escola de S. Mamede, foi intervencionada, tendo sido construído um anexo e realizadas outras pequenas obras.

Que ao longo dos anos, a Câmara procurou, em primeiro lugar, resolver com a Universidade o problema da posse do edifício, por não estar definida a propriedade e haver sempre a desculpa de quem era ou não era a responsabilidade. Essa questão foi resolvida, foi feita a escritura e sabe-se com toda a clareza de quem é responsabilidade de uma e da outra parte do edifício. O andar de cima é responsabilidade da Universidade e o andar de baixo, responsabilidade da Câmara.

Assim, depois de consultados os pais, há cerca de 2 anos, a Câmara resolveu avançar no sentido de tentar encontrar uma solução de melhoramento para o pátio superior, com um tipo de telheiro que permitisse aos alunos que o pudessem utilizar em condições.

Foi elaborado um projeto, conseguiu-se financiamento e o projeto avançou. Mas dentro do Centro Histórico a lei determina a obrigação de fazer sempre prospeções arqueológicas. A intervenção arqueológica prolongou-se por muito mais tempo e abrangendo uma área substancialmente maior do que a prevista. Á medida que ia avançando a intervenção arqueológica a Câmara ia sendo informada da necessidade de continuarem as intervenções.

Chegou um momento, em que foi necessário repensar no equilíbrio entre a intervenção arqueológica e a obra podendo ser posto em causa o financiamento da própria obra. Esta situação prolongou-se durante muitos meses, como foi bem referido. Foi gasto em arqueologia mais de 40.000€, de forma a cumprir o que foi apontado em termos legais. Quando finalmente terminou a prospeção arqueológica



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

e feito o relatório da arqueologia, o empreiteiro transmitiu que concorreu com determinado valor, retomar a obra um ano e meio depois, pelo mesmo valor não conseguia porque os preços eram completamente diferentes.

De acordo com a lei é uma razão para o empreiteiro revogar o contrato. A Câmara teve que aceitar a revogação do contrato e avançar para abertura de um novo concurso que irá permitir a execução da obra.

O tempo tem a ver com toda a situação referida. Está a decorrer o concurso e dificilmente o pátio superior ficará disponível durante o atual ano letivo.

Também no pátio interior existe um problema, cuja intervenção é da responsabilidade da Junta de Freguesia. Deveria ter sido realizada no período de férias, no entanto, devido à falta de mão-de-obra, não foi possível fazer a adjudicação na altura prevista. Este novo problema foi mais uma coincidência nesta situação.

Por último, mais uma situação que se pensava estar resolvida. O rompimento da rede de esgotos que a Universidade tinha garantido que estava resolvido. No dia seguinte estava resolvido o problema, do ponto de vista da limpeza, mas não da solução definitiva.

Para uma solução definitiva tem-se de arranjar uma alternativa para a passagem do esgoto, por fora e não por dentro das salas. A Universidade comprometeu-se com a Câmara que iria resolver, o que significa que será resolvido o problema quer na parte de cima, quer as infiltrações nas salas em baixo. Porque a situação decorre de um desnível e a caixa da Universidade encher, a Universidade comprometeu-se a fazer uma limpeza duas vezes por semana, de forma a evitar que a situação não se repita.

A Câmara compreende a situação, é dada razão aos pais, a Câmara assume a culpa. Tem procurado junto do Agrupamento de Escolas encontrar soluções para minorar o problema e ver ao nível dos pátios o que é possível fazer.

A Câmara convocou uma reunião, para dar conhecimento do projeto e discutir as questões da escola, percebeu na intervenção anterior que os pais convocaram também uma reunião com os mesmos objetivos, pelo que têm que conciliar as duas reuniões.

Disse que não iria entrar em pormenores sobre os pátios, mas ainda sim, referiu que estava pensado a utilização do pátio de cima enquanto decorrer a obra no pátio de baixo, que irá eliminar a lama e o pó, irá durar 45 dias. Será uma situação muito complicada com as máquinas a trabalhar dentro do pátio, muito barulho e tudo mais que uma obra comporta. Não se sabe ainda ao certo como irá ser minorada a situação. A Câmara e o empreiteiro estão a estudar em conjunto a situação, que não será fácil, que não resolverá o problema de imediato mas que possa melhorar a situação e dar uma resposta capaz.

Relativamente aos Assistentes Operacionais, é responsabilidade do Ministério da Educação e há anos que a Câmara alerta para a falta de mais de 30 destes profissionais. Sendo a Câmara responsável pelo refeitório sempre colocou funcionários de forma a conseguirem dar resposta, três assistentes operacionais e um tarefeiro.

Da parte da Câmara, afirmou não haver qualquer incómodo sobre a intervenção da Associação de Pais, corresponde a um problema real que tem que ser minorado. As obras por vezes têm surpresas como estas, que precisam de uma resposta que deverá ser encontrada em conjunto com os pais, com o agrupamento e com os funcionários, sem a promessa de que o problema ficará resolvido de imediato. Isso seria faltar à verdade.

Tendo em conta as reuniões agendadas, deverá ser acordado um dia, segunda ou terça-feira para que a mesma se realize, de forma a definir o calendário para se encontrarem as melhores soluções e em nome da Câmara reconhecer que não foi possível começar o ano letivo como se desejava, com a obra



do passadiço no pátio resolvido e outros problemas da escola resolvidos. Por estas situações, o Sr., Presidenta de Câmara apresentou desculpas aos pais e que para minorar o problema esta seria a única forma.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **Adelino Fonseca** que se congratulou com a decisão tomada pela Associação de Pais ao apresentar uma matéria tão relevante, tão importante e tão forte para conhecimento da Assembleia Municipal, para que, em conjunto, se consigam encontrar soluções com cariz de independência total. O que está feito, está feito. Houve coisas bem-feitas, outras menos bem, de momento, o mais importante é encontrar soluções para as corrigir com celeridade.

Em primeiro lugar o PS solidarizasse com os pais, alunos professores e todo o pessoal da Escola de S. Mamede que vive toda a “catástrofe” neste edifício escolar, que coloca em causa grandes dificuldades ao ensino e aprendizagem.

Para conseguir uma opinião mais profunda as preocupações apresentadas pela Associação de Pais, apresentou as seguintes questões:

- De quem é a responsabilidade da execução dos projetos? Quando foram executados? Quando foram aprovados? Quando foi adjudicada a obra? Quando teve início a obra? Se ao nível dos projetos a arqueologia estava contemplada ou se estava fora do caderno de encargos? Se não estavam, o que falhou ou quem falhou? Se o empreiteiro recusou continuar a obra se por uma questão de clausulado do contrato que infere a desatualização dos preços, se a situação não podia ser ultrapassada com o pagamento de trabalhos a mais? Para quando se prevê a conclusão da obra, considerando que a abertura do novo concurso está, porque está um ano escolar no início? Como se vai resolver uma situação tão grave num tão curto espaço de tempo, como a situação obriga? Quando a obra foi adjudicada foi apresentado o cronograma de execução física e o cronograma de execução financeira? Se houve ou não desvios a esses cronogramas e como foram tomadas medidas para a resolução desses desvios?

Como vai a Câmara reverter um problema que afeta toda a comunidade escolar de S. Mamede?

Por último, perguntou se a Câmara equaciona ou não, Instalações alternativas, na área da escola, até à conclusão da obra, que se prevê muito demorada, tendo em conta que a abertura de concurso e os procedimentos muito demorados.

O Sr. **Federico de Carvalho** começou por agradecer aos pais e alunos o esforço acrescido, de algum cansaço, observado relativamente à Escola S. Mamede. Afirmou ser muito importante a participação de todos os cidadãos nas sessões da Assembleia Municipal, na vida ativa, social e económica pelo que não era despendendo registar as presenças.

Ouviu as explicações do Sr. Presidente da Câmara com toda a atenção, tendo-lhe sido entregue mais um pedido, solicitando toda a documentação apensa ao processo de forma que o CDS-PP tenha conhecimento cabal de tudo que está em causa.

Foi também enviado um pedido de audiência à Senhora Diretora Regional de Cultura de forma a saberem na verdade qual o alcance das obras de arqueologia, qual o trabalho desempenhado e o porquê de tamanha delongas.

Depois das falhas assumidas pelo Sr. Presidente da Câmara, não pode deixar, ainda assim, de registar o tempo infinito que passou sobre esta questão.

Várias vezes fizeram questão de perguntar, se a obra da Escola de S. Mamede estava a decorrer conforme os prazos acordados, se não iria haver grandes derrapagens.

Lembrou ainda que há um ano, a Assembleia Municipal, fez um diagnóstico da Educação no Concelho onde algumas questões físicas de várias escolas foram retratadas, sendo S. Mamede uma das escolas referida no debate. Por este motivo, considerou que as responsabilidades da Câmara são acrescidas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Este Executivo não se deveria permitir estar a fazer “mea culpa”, do que deveria ter resolvido há muito tempo a montante.

Em seguida, deixou as seguintes perguntas ao Sr. Presidente da Câmara:

- Em relação aos trabalhos de arqueologia, são referidos como o principal travão ao natural desenvolvimento da empreitada, pelo que gostava de saber quem fez o trabalho de arqueologia, se o serviço de arqueologia da Câmara, ou se foi feita uma contratação externa para a execução da arqueologia, uma vez que foram gastos cerca de 40,000€ em arqueologia?

Quando começou e quando foi dado por terminado o trabalho arqueológico, deve constar do relatório entregue na Direção Regional de Cultura. Se neste momento é possível garantir que a arqueologia está concluída?

Em relação à empreitada do piso inferior, no que concerne às acessibilidades iniciadas, gostava de saber se o projeto foi através de concurso de ajuste direto. Não conseguem aceitar, que para uma prioridade se possa alegar que não havia mão-de-obra nem empreiteiros disponíveis para executar uma obra que devia ter sido feita exclusivamente em época de férias escolares.

Em seguida o Sr. **Nuno Cabrita** iniciou a sua intervenção, referindo que seria bom conhecer a escola antes de falar sobre o que se desconhece. Recusou o aspeto catastrófico que foi dado à escola. A Escola de S. Mamede é muito procurada, são mais as pessoas que a procuram do que não procuram.

É uma escola com uma grande pressão, tem recebido muitos pais na Junta de Freguesia, residentes no Centro Histórico, cujos filhos não tiveram vaga na escola. O que implicava que a escola até há pouco tempo funcionasse mesmo durante o verão, como era o caso da cantina que funcionava 365 dias por ano.

A Junta de Freguesia tem tido uma ótima relação com a escola e com os pais. A Câmara e a Junta de Freguesia, têm feito um enorme esforço na reabilitação da escola. Lembrou que há seis anos não havia um pavilhão na escola, e que foi necessário fazer opções tendo em conta o investimento. Informou também que na escola não existia sistema de frio. Tinha arcas frigoríficas que faziam gelo e não frio, emprestadas pelos próprios fornecedores. Tem sido feito um investimento enorme em fogões e frigoríficos.

A Escola de S. Mamede tem sido alvo de um investimento contínuo ao longo dos últimos anos. Das duas salas de aulas que foram recuperadas, uma tinha um buraco que cabia uma cadeira, a Câmara colocou o pavimento novo e o equipamento escolar, carteiras e cadeiras foi substituído e em todas as salas há computadores novos.

A escola e os pais têm sofrido uma pressão enorme com o atual investimento. Lembrou, que aquando da construção do pavilhão, o pátio inferior não podia funcionar, porque a obra estava a decorrer, mas o facto é que o pavilhão está feito. Não está tudo feito, não se pode fazer tudo ao mesmo tempo porque implicava fechar a escola, e fechar a escola inda ninguém disse ser esse o objetivo.

Este investimento tem a ver com a garantia do agrupamento, da Câmara e de todos os interessados que querem manter a Escola de S. Mamede porque é a única escola de 1.º ciclo a funcionar no Centro Histórico. Compreende que pedir mais paciência aos pais será difícil, mas a Junta de Freguesia e a Câmara, estão muito atentas a todas as situações, nem esquecem que durante muito tempo duas salas estiveram impedidas de funcionar porque havia buracos na cobertura decorrentes da instalação de ar condicionado feita pela Universidade, que vários meses depois da obra feita, tinham mais de 70% de humidade nas paredes. Em relação à situação dos canos, lembrou que a instalação existe há décadas, e de repente deixaram de funcionar. Como assistiu à abertura dos canos, não iria dar o desprazer de contar o se se viu e ao que assistiu ao que saiu de dentro daqueles canos de esgoto.

A Universidade tem feito o que é possível, e respondido de imediato (como é óbvio não pode vigiar quem vai à casa de banho), tal como a Câmara.



Se é possível uma escola melhor, sem os incómodos de todos conhecidos, está convencido que não, porque têm sido feitos todos os esforços no sentido de se conseguir uma escola muito melhor.

A Junta de Freguesia ultrapassa em muito as suas responsabilidades diretas porque entendem que é uma prioridade e que todo o investimento na escola, é bem-vindo.

Concordou com o Sr. Presidente da Câmara quando referiu que nem todas as coisas correram bem, mas existe ainda muita obra para fazer na escola e é necessário estabelecer prioridades.

Se a obra que a Junta de Freguesia está a fazer no pátio inferior, se tiver que ser feita em pausa letiva, não será feita. Em agosto os empreiteiros não têm pessoal disponível para fazer aquele tipo de obra. Por outro lado não poderá deixar de ser feita, tal como o pavilhão não deixou de ser feito e na sua inauguração os pais perguntavam porque não havia alunos da escola a fazer demonstração de ginástica, a resposta só podia ser “*não tiveram antes um pavilhão*”. Isso é que era inaceitável.

Terminou, afirmando compreender e aceitar todas as preocupações, considerando-as legítimas, em relação à visão catastrófica do estado em que está a Escola de S. Mamede considerou-a exagerada, não honrando todos os esforços feitos incluindo trabalhadores e professores.

O Sr. **Nuno Alas** começou por se regozijar com a presença dos representantes dos pais, trata-se de uma questão de cidadania e nada melhor que nos espaços políticos para alertar os políticos dos seus deveres, por vezes, são esquecidos. Em relação à intervenção do Sr. Presidente da Junta, não se pronunciava porque parece que estava tudo bem na Escola de S. Mamede embora existissem muitos problemas.

Outra questão muito difícil para os pais perceberem (tem uma filha que saiu há algum tempo da escola de S. Mamede), é que três anos para justificar as obras em questão, não é justificação, mesmo sabendo-se que o bode expiatório no Centro Histórico para concretização de obras são as prospeções arqueológicas. Estes problemas residem na inação da fiscalização da Câmara neste tipo de obras.

Há questões políticas muito importantes, a Câmara revogou o acordo que tinha com o Ministério da Educação, em matéria de assistentes operacionais e de manutenção das escolas no final do passado ano letivo. Essa foi uma opção política que a Câmara tomou.

Vão ser feitas obras, mas o que deveria ser preocupação adicional para com os funcionários e falta de funcionários, a Câmara preferiu devolver ao Ministério e “*lavar daí as suas mãos*”.

O que querem dizer ao Sr. Presidente da Câmara e que com certeza vai sair da reunião com o compromisso, de que mais que reunir é importante encontrar soluções rápidas. Há mecanismos na função pública que permitem excecionar alguns tipos de obra, como o Sr. Presidente muito bem sabe, de forma a resolver esta situação que coincidiu, por acaso, a obra da Junta de Freguesia com as escavações arqueológicas. Na altura em que a filha andou na escola de S. Mamede eram 9 turmas, 240 crianças. Para além dos espaços disponíveis, todo o ruído e pressão que surgia dos pátios interiores é de uma pressão e stresse tremendos no trabalho no dia-a-dia.

Conjugado com as obras, que a Câmara não teve culpa, tem que exigir à Universidade que resolva o problema da canalização, com medidas mais céleres, rápidas e medidas de exceção, como ajuste direto de forma a resolver este assunto. Trata-se de uma questão de saúde pública. Foram identificadas e fotografadas ratazanas naquele espaço, a culpa não é da Câmara, mas dos esgotos que vêm da Universidade. É sim uma questão de saúde pública que o Sr. Presidente pode avocar para utilizar mecanismos de exceção para com dinheiro resolver este problema, o mais rapidamente possível. Os pais apenas veem pedir a resolução deste problema, não mais que isso. Para a solução deste problema a Câmara, terá todo o apoio da parte do PSD.



O Sr. **Bruno Martins** iniciou a intervenção a afirmar que em nome do BE estava solidário com os pais presentes, aos alunos, funcionários docentes e não docentes.

Considerou, que havia muito a dizer sobre esta matéria, mas tendo em conta o período pré-campanha eleitoral, não iria falar sobre o assunto. Em sua opinião deve haver bom senso nesta fase, de forma a não querer tirar proveitos partidários de uma questão particularmente sensível.

Mas, seria impossível não deixar os seguintes comentários:

- Sublinhar que os pais em privado (segundo comunicaram), pediram uma audiência à Câmara e outras entidades, e que a resposta foi pública da Câmara, a tomar a iniciativa de convocar os pais para uma reunião.

- Em relação à adjudicação, quem está atento ao portal de contratação pública, sabe que este executivo tem alugado centenas e centenas de vezes exceções, para fazer ajustes diretos, de um dia para outro, ao nível de prestação de serviços e empreitadas. Registou que em relação a esta questão, se procurou seguir a concurso público, como o BE defende para todas as áreas. Registou com algum agrado.

Em seguida, deixou duas perguntas muito concretas:

- Se no caderno de encargos que a Câmara fez para a empreitada da escola, não acomodou o período temporal para a prospeção arqueológica, se se esqueceu de acomodar este período temporal, abrindo assim flanco para que a empresa revogasse. A segunda pergunta o Sr. Presidente da Junta, tendo em conta que é referido *“no verão há falta de mão-de-obra”*

- Qual a data concreta em que seguiram os convites por parte da Junta de Freguesia, para a empresa, para a execução da obra.

Novamente no uso da palavra, o Sr. **Presidente da Câmara** referiu, dado o momento de pré-campanha iria evitar dar algumas respostas relacionadas com matérias que apontam nesse sentido.

Em relação aos ajustes diretos e ajustes públicos, referidos pelo Sr. Bruno Martins, contrapondo o ajuste direto ao concurso público, chamou a atenção para o ajuste direto como algo negro e terrível, que pode indiciar algo, em contrapartida o concurso público serve para tratar todas as questões.

A Câmara defende o alargamento do ajuste direto. A restrição do ajuste direto que no momento se encontra na contratação pública, está a matar as pequenas empresas de Évora porque apenas se pode adjudicar até 20.000€. a Câmara é obrigada a adjudicar a empresas de outros locais por impossibilidade de adjudicar a empresas de Évora.

De momento, mais de 50% das adjudicações das Câmaras do continente são feitas em Lisboa. A contratação pública que existe, é para servir os grandes interesses e matar a pequena e média empresa local. A Câmara faz os ajustes diretos nos termos da lei e faz nos termos da lei outros tipos de concurso. A obra em causa tem um valor de 300.000€, por concurso público. Sendo óbvio que não pode ser por ajuste direto.

As questões da arqueologia, são obrigatórias, e é sabido que nestas questões se pode prever numa primeira fase o que irá ser feito, mas com o aparecimento de novas situações deixa de se poder fazer previsões.

O primeiro relatório da arqueologia datado de fevereiro de 2018 referiu que depois das primeiras prospeções de arqueologia, se descobriu na galeria Este um claustro do Convento de Santa Mónica, face à descoberta era necessário continuar com os trabalhos arqueológicos. De acordo com a DRCA Alentejo, a Câmara concordou. Em setembro de 2018, é descoberto um novo conjunto de vestígios com cozinhas, amassarias, oficinas, e as fundações de uma parede que encerraria a galeria do claustro, resultando em mais trabalhos arqueológicos. Estas situações foram-se prolongando até á descoberta de uma eventual antiga botica do Convento, era absolutamente imprescindível de estudar para se continuar com os trabalhos. Novamente a Câmara teve que aceder ao referido estudo. Todas



estas descobertas levaram ao arrastar da arqueologia que não esta prevista. A Câmara cumpriu integralmente o que foi indicado. Foi adjudicada a uma empresa e teve o acompanhamento dos serviços de arqueologia da Câmara.

Todo o problema com o empreiteiro, foi por causa das prospeções da arqueologia.

O concurso público decorreu de forma normal, o empreiteiro começou a obra, mas teve que a interromper porque os estudos arqueológicos tinham que ser feitos e a arqueologia dizia que não era possível fazer prospeções arqueológicas com obras.

Que fique claro que foi feito o projeto, foi apresentado, foi discutido com o agrupamento de escolas, foi apresentado na escola, foi acordado entre todos. Chamou a atenção para o projeto, que não é apenas um telheiro, tem uma sala de apoio, resolve o problema dos sanitários do andar de cima que não tem sanitários, resolve o problema das acessibilidades para os cidadãos que têm acessibilidade reduzida e cria uma saída de emergência, que é essencial para a escola.

Tudo foi acautelado, à exceção da arqueologia que no Centro Histórico acontece com muita frequência, mas que é impossível prever e que não se pode ultrapassar. Admitiu que a Câmara poderia ter sido melhor na gestão da obra, mas os factos reais são os que referiu.

Quando se chegou ao fim da arqueologia com o relatório, foi contactado o empreiteiro que respondeu que os preços do concurso não eram os preços atuais do mercado, e ao abrigo da lei queria revogar o contrato porque não eram trabalhos a mais, são itens da obra que tinham um preço e passaram a ter outro preço.

A Câmara foi obrigada a revogar o contrato e abrir um novo concurso, aproveitando para adaptar o projeto às questões da arqueologia por causa dos pilares que têm que ser colocados no pátio.

Não houve qualquer tipo de negligência, pelo contrário, o que houve foram contingências legais que foram cumpridas.

Como nota final, voltou a afirmar que entendia perfeitamente a posição dos pais, que estaria na mesma posição se fosse pai. Os pais têm um problema na escola dos filhos que querem ver resolvido, com toda a razão, disse.

A Câmara tem algumas responsabilidades, mas também todas as adversidades e ainda o acidente que aconteceu, por coincidência na mesma altura. Sabe que não justificando tudo, justifica muito.

Para que se consiga que a Escola de S. Mamede seja a escola que se todos desejam requalificada tem que ser feita a obra na escola. É urgente discutir como fazer.

A Câmara em conjunto com a direção do agrupamento e com os pais, espera encontrar as soluções mais adequadas. Há várias hipóteses no sentido de se conseguir um consenso de forma a minorar o mais rapidamente o problema com uma resposta eficaz.

O problema existe, não pode ser ignorado. É preciso ser frontal, aceitar a situação, procurar a melhor forma de a minorar para que o ano letivo decorra com os menores constrangimentos possíveis.

No sentido de responder às perguntas que lhe foram feitas o Sr. **Nuno Cabrita** disse ao Sr. Nuno Alas numa breve nota, que demagogicamente, não disse que estava tudo bem. Disse sim, que não estava tudo mal e que a visão catastrófica da Escola de S. Mamede, não lhe parecia correta.

Em relação á adjudicação, não sabe exatamente a data, mas há muito tempo que faz convites para conseguir fazer a obra no verão. Além de não ter havido oportunidade de fazer a obra no verão, não há oportunidade de fazer a obra em agosto para a cozinha da escola, que tem imensas deficiências, não tem água com pressão, não tem uma chaminé como deve ser. A solução passa por fazer uma nova para aspiração dos fumos, para que o forno possa funcionar. Não se ouviu falar disto porque não se avançou com a obra por implicar com alteração do sistema de gaz, alteração do sistema de águas e alteração do sistema de esgotos. Não se conseguiu fazer a obra no verão e a escola não pode parar. Outras obras



que a escola necessita, tem a ver com o armazém, fica no fundo da cozinha, para os produtos lá chegarem, têm que atravessar a sala de refeições e a cozinha. Para resolver mais esta situação é necessário outra obra a partir do pátio superior, com a criação de mais casas-de-banho que não existem no piso inferior, o que é dramático para as acessibilidades.

Os investimentos feitos, foram-no no sentido de melhorar, e ter uma escola mais qualidade dentro do Centro Histórico de Évora, não no sentido de promover o seu encerramento.

Ao iniciar a sua intervenção o Sr. **Jorge Lourido** saudou a associação de pais da Escola de S. Mamede, referindo em seguida que a sua intervenção se prendia com algumas das questões que se foi ouvindo, por parte de eleitos com responsabilidades, que o preocupam.

Sendo a sua formação académica História, ao ver tratadas as prospeções arqueológicas como empecilhos, sente-se incomodado, por serem questões fundamentais para a história de Évora. Évora é História, e vive também da sua História.

Quase percebeu de algumas intervenções que são contra as prospeções arqueológicas, porque atrasam tudo.

Ouviu coisas que o arrepiaram, ao longo de intervenções anteriores, e que do seu ponto de vista, são aflitivas, como no caso dos ajustes diretos. É preciso pensar e não apenas procurar num momento de pré-campanha, atirar achas para a fogueira de qualquer forma.

Foi dito de forma permanente e sistemática, sempre que possível, deve ser feito ajuste direto por beneficiar as empresas e a atividade económica da região. Pelo contrário, os contratos públicos são para os grandes acumularem tudo. Ainda assim se continuam a ouvir intervenções que aparentemente são de honestidade e de esquerda que não percebem uma questão que é fundamental.

Outra questão, é imprescindível encontrar uma solução para a questão da escola. Isso só acontecerá, com entendimentos, encontrando soluções concretas para os problemas concretos, que atrofiam e prejudicam em primeiro lugar as crianças depois os trabalhadores, docentes e auxiliares, que naquele espaço trabalham, com um desgaste enorme e os pais preocupados com os seus filhos.

A situação tem que ser resolvida, com a abertura que parece existir para o entendimento, com soluções concretas. Só no entendimento se podem resolver as situações.

Reforçou a ideia de que as prospeções arqueológicas são necessárias, lembrando, que em anos atrás, houve casos graves que as prospeções arqueológicas foram para o lixo, e a Assembleia Municipal pronunciou-se contra esse tipo de intervenção. Afirmou novamente a necessidade de se continuar a ter a mesma posição. Que as questões do Património não podem ser beliscadas sob pena de se comprometer o futuro.

Terminou, saudando mais uma vez a Associação de Pais, pela preocupação, pela intervenção e vontade de encontrar soluções, que é o necessário porque todos precisam, crianças, trabalhadores e pais.

Afirmando-se incrédulo com o que ouviu na intervenção do Sr. Jorge Lourido, o Sr. **Adelino Fonseca** interveio para afirmar a sua admiração, não ouviu em nenhuma intervenção anterior, ninguém na sala de forma direta ou indireta considerar a arqueologia um empecilho. Não acredita que na sala se encontre alguém que considere a arqueologia um empecilho. Ficou preocupado com a insinuação.

Óbvio que todos sabem que a arqueologia é necessária, sendo essa a razão das perguntas colocadas, que não obtiveram resposta.

Sobre a intervenção do Sr. Nuno Cabrita, sendo Presidente da Junta do Centro Histórico, com responsabilidades diretas na escola de S- Mamede, lembrou que não se estava a falar do passado, o que foi feito estava bem feito. O assunto em causa é do presente com questões muito problemáticas. Os pais apresentaram um grande problema por resolver, com questões muito sérias, de saúde pública,



de segurança das crianças, de condições para aprendizagem, qualidade de vida dentro da escola, acessibilidades, o grande problema é o presente e o futuro.

Os pais estão na expectativa de levarem desta discussão saia o vislumbrar de uma potencial solução que resolva os problemas num breve espaço de tempo. Até ao momento só ouviu falar do que foi feito. Essa é a obrigação de quem está no executivo no momento.

O problema é de hoje e exige uma solução para hoje. Se está em resolução, deve ter prevista uma solução pelo executivo, tendo em conta também a reunião conjunta, no próximo dia 24, que se possa transmitir aos interessados, que são todos os presentes.

Não obteve resposta a nenhuma das questões que colocou, embora sendo todas técnicas.

Só queria perceber há quanto tempo se anda nisto, se são anos ou meses, ninguém sabe quando foi feita a adjudicação. Quem falhou, quem fez o projeto, como foi a arqueologia, porque recusou o empreiteiro, não foram encontradas soluções para os desvios da arqueologia. Todas estas questões não foram respondidas e não têm nada de pré-campanha eleitoral.

Entende que ao falar de ajuste direto e contratação pública com todas as nuances de beneficiar umas empresas em prejuízo de outras, aí sim, já é campanha eleitoral.

Relativamente ao problema da arqueologia, sendo de elevada complexidade induz claramente que se trata de uma obra de natureza muito específica, devendo o contrato prever uma cláusula em que a empreitada se desenvolveria condicionada à arqueologia com um tempo estimável, sabendo-se que nunca se consegue saber com rigor. Essa cláusula teria resolvido o problema com o empreiteiro.

Perante tudo que referiu, concluiu que se estava perante incapacidade e evidência de não produção de planeamento de operacionalidade do município para a resolução do problema da escola.

Terminou a afirmar que gostava que lhe demonstrassem que estava errado.

Seguiu-se nova intervenção do Sr. **Frederico de Carvalho** que começou por afirmar estar completamente á vontade por ser do conhecimento de todos a sua formação académica, em arqueologia, uma área que tem que ser valorizada.

Considerou importante falar do passado, saber se o trabalho foi bem feito. Percebeu na intervenção do Sr. Presidente da Câmara passou mais de um ano com trabalhos de arqueologia, o que significa trabalhos gigantescos.

Como a arqueologia só tem estar em picagem, demolição de paredes ou mobilização de o de solos. Neste caso, acredita que tenha a ver com mobilização de solos. Com a abertura de valas para os pilares e eventualmente roços para o saneamento das casas de banho, o que significa espaços muito circunscritos.

Não consegue entender como estiveram (quantos arqueólogos), mais de um ano.

Perguntou quem fez o trabalho na primeira fase, se os trabalhadores de arqueologia da Câmara e depois uma empresa, se foi acompanhamento dos trabalhos de mobilização de solo, queria ainda saber, se foi equacionada a alteração ao projeto face aos inconvenientes que poderiam protelar a empreitada.

Em relação à segunda empreitada, perguntou ao Presidente da Junta de Freguesia, se não houve nenhum atraso em relação ao concurso.

A Sra. **Clara Grácio** iniciou a sua intervenção referindo que as suas filhas foram alunas na Escola de S. Mamede e fez parte da Associação de Pais e Encarregados de Educação. Compreende a posição dos pais, e voltaria a estar sentada junto dos pais se voltasse atrás no tempo. O problema é grave, afeta as crianças, não pode ser ignorado.

Na altura das suas filhas havia outros problemas, a luta era conseguir o pátio de cima que era mal utilizado pela Universidade, faltava também o pavilhão.



Agradeceu com toda a sinceridade e sem hipocrisias a presença dos pais. Concordou que era o local apropriado para expor uma situação tão importante, que mexe com as crianças e com a educação- Afirmou que o problema é muito grave, existe, é necessário ser resolvido, não com discursos mais ou menos demagógicos, mas sim com soluções, que não sendo excelentes, possam minorar o problema. Como todos já estão elucidados do problema, considera que a solução só poderá ser encontrada numa reunião de trabalho- Acredita que foi muito boa a presença dos pais, para que na segunda e terça-feira, nas reunião de trabalho, em presença das pessoas realmente importantes no processo, os pais, encontrem a melhor solução, dado que as obras terão que acontecer, não pode ser a solução ideal.

Ao iniciar a intervenção a **Sra. Beatriz Cardoso** congratulou-se com a presença dos pais na sessão da Assembleia Municipal, e sem querer entrar por outros caminhos, lembrou que a Constituição Portuguesa diz que “*somos uma democracia representativa e que deveremos alcançar a democracia participativa*” e, é exatamente o que os pais fizeram, participaram.

Não pode ser escamoteado que houve e há problemas. Teria sido importante que a reunião de trabalho se tivesse realizado numa fase anterior para se encontra uma solução com os pais antes do ano letivo iniciar.

Na Escola André de Resende foi possível encontrar alternativas, decorriam as obras sem prejuízo do decurso das aulas. Alguns alunos do 9.º ano, foram transferidos para a escola Gabriel Pereira de forma, que o número de alunos fosse diminuto na escola André de Resende. Existem outras soluções, como contentores colocados perto dos edifícios onde decorrem as obras, onde os alunos estão enquanto decorrem as obras.

Se a situação tivesse sido prevista, a solução teria sido acautelada. Tinha que ter havido um plano B. Não vale referir a contratação pública como obstáculo porque é do conhecimento de todos a possibilidade do ajuste direto, da consulta prévia. Tudo podia ter sido acautelado. Obras que á partida se sabe que têm problemas na área da arqueologia, tem que constar no caderno de encargos. Não é azar, azares deste tipo evitam-se.

O Sr. **Nuno Cabrita**, voltou a intervir para lembrar a Sra. Ana Beatriz que quando foi feita a obra do pavilhão, o problema foi exatamente o mesmo, porque a arqueologia não é liminar, nessa altura quem estava a gerir era o PS.

Em relação á intervenção do Sr. Adelino Fonseca, o passado tem mesmo muita importância. O que está a ser refletido na reunião, não é nada de novo. Sabe-se perfeitamente que é urgente fazer a obra no pátio superior, para que possa haver casas-de-banho que nunca houve. Para planear o futuro, é preciso fazer a obra, olhar para o presente e para as opções do presente.

As únicas opções do momento, é avançar com a obra, é dramaticamente impossível que a escola funcione só com casas-de-banho na cave.

A empreitada que a Junta de Freguesia está a fazer está perfeitamente dentro do calendário, o único problema é que em agosto, não foi possível fazê-la, o mesmo aconteceu na Páscoa, bem como no Natal anterior.

Todos pais têm noção das dificuldades, mas têm também consciência que para se ter uma escola requalificada e de qualidade dentro do Centro Histórico são necessárias as obras feitas.

Já foi reconhecido que as obras não têm decorrido com a celeridade que se desejava, não é possível debater mais o assunto, apenas será possível debater uma ou outra opção, em relação ao que se irá fazer em relação ao pátio superior.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. **Nuno Cabral, Presidente da Associação de Pais** começou por referir que não tinha a certeza se o aluno de mobilidade reduzida poderia esperar até ao final das obras. Deverá ter uma informação, porque a escola não tem condições para alguém de mobilidade reduzida.

As duas reuniões que foram referidas, não foram marcadas, uma em resposta á outra, foram marcadas independentemente uma da outra, com objetivos diferentes.

Uma reunião será para esclarecimento aos pais, a outra para encontrar soluções.

Terminou a referir que os Pais gostam muito da escola de S. Mamede, e para o provar, e em resposta ao repto lançado pelo Presidente da Junta de Freguesia, lembrou que a escola faz 100 Anos e que os pais e a Escola estão a preparar, em conjunto, algo para celebrar o Centenário, convidando toda a Assembleia para uma visita de forma a perceberem concretamente do que se fala.

De novo o Sr. **Adelino Fonseca** terminou as suas intervenções sobre esta matéria a referir que o presente só está a acontecer porque o presente que preocupa não foi cumprido nem executado nem planeado, e o presente que era o presente da adjudicação e da tomada de decisão de obras na escola de S. Mamede.

A Sra. **Elmina Lopes** começou por cumprimentar a Associação de Pais de S. Mamede em termos de associativismo é um exemplo para a cidade de Évora.

Lembrou que já há 10 anos quando a filha frequentou a escola havia graves problemas, sempre com a promessa de um pavilhão. Fez o percurso dos 4 anos sem pavilhão.

Terminou a agradecer a partilha do problema,

O Sr. **José Condeço** começou por dizer que todos haviam trazidos discursos, mas a verdade é que a Junta de Freguesia falhou, e os pais vão com as mãos a abanar, sem levar o problema resolvido, com duas reuniões pensadas de onde irão sair na mesma. Esta é a verdade.

O Sr. **Nuno Cabrita**, respondeu que quem falhou foi o Sr. José Condeço ao fazer demagogia. A Junta de Freguesia, só falhou, em ter feito mais investimento do que alguma vez foi feito por algumas Juntas de Freguesias. Ao utilizar demagogia, estava a falhar.

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a presença da Associação de Pais, com a expectativa de que o problema se resolva o mais rápido possível, para bem dos alunos, pais e todos os trabalhadores.

O Sr. **José Maria Figueira** pediu a palavra para interpelar diretamente o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, por considerar que a Mesa não cumpriu na globalidade o art.º 37.º.

Para não ser mal interpretada a sua intervenção, mais não foi que um apelo para que, sempre que aconteçam intervenções do público seja cumprido o art.º 37.º, na íntegra, só quem tem uso de palavra é o público e a Câmara Municipal a quem o público se dirige, exclusivamente.

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que não tem sido essa prática, que no final, no período destinado ao público, há intervenções do Sr. Presidente da Câmara e também intervenções dos membros da Assembleia.

O Sr. **Bruno Martins** interveio no sentido de clarificar que o público ao dirigir uma pergunta à Assembleia, na figura da sua Mesa, a mesma pode ser dirigida ao Executivo. A Assembleia na figura



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

da Mesa concede a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder, como pode conceder a palavra ao órgão para o qual o público faz a pergunta.

Tem que ficar claro que não é uma reunião pública de Câmara, mas uma reunião da Assembleia Municipal.

Exigiu respeito pela Assembleia Municipal de Évora, como órgão independente.

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** considerou, que ao ser referido o artigo um artigo 37.º não significou falta de respeito para com a Assembleia.

O Sr. **Jerónimo José** pediu a palavra para referir que não foi a primeira vez, que o Sr. José Maria Figueira se advogou no direito de interpretar a lei, passou a ler o título do respetivo artigo “*Uso da palavra pelo público*”, que o Sr. Figueira subentende que é exclusivo.

Em nova intervenção, o Sr. **Nuno Cabrita**, afirmou admitir que a interpretação seja diferente, mas que lhe era difícil admitir que o Sr. Bruno Martins se advogue detentor de determinada moralidade.

Com todo o respeito, pode haver uma opinião contrária. Considerou razoável uma limitação às intervenções, devendo também, o Regimento prever tempos para as intervenções, o que em seu entender, não está previsto no Regimento.

Concordou que as diferentes opiniões, de facto, podem ser discutidas, com respeito.

O Sr. **António Jara** começou por lembrar que foi pedida uma solução para um grave problema, o que foi discutido não foi nenhuma solução.

Apenas foram referidas duas reuniões agendadas e algumas propostas que existem. Tudo o resto foi campanha eleitoral e um lavar de roupa suja que não conduziu a nenhuma solução para o problema da escola. As pessoas que falaram, não apresentaram nenhuma proposta para o problema da escola. Esse foi o pedido feito à Assembleia.

Concordou com o Sr. Bruno Martins quando referiu que a Assembleia devia intervir em relação ao pedido que lhe foi feito.

Os membros da assembleia que consideraram que existiam outros problemas que devam ser resolvidos e aprofundados, deve marcar-se um ponto específico em próxima reunião para que possa avaliar, eventualmente, o comportamento da Câmara e da Junta de Freguesia de forma a evitar os mesmos erros no futuro e ao mesmo tempo, não repetir o que foi feito, fazer o que não foi pedido. Tentativa de aproveitamento eleitoral.

O Sr. **Adelino Fonseca** pediu a palavra, e afirmou que o PS não tinha intenção de voltar a intervir, que o assunto estava encerrado, as conclusões tiradas. Que não havia solução prevista nem planeada para a conclusão das obras da escola de S. Mamede. Espera que nas reuniões que irão acontecer surjam soluções para o enorme problema da escola de S. Mamede.

Terminou, a afirmar que não admitem que lhes imputem “*lavagem de roupa suja ou aproveitamento eleitoral*”, quando começaram por colocar questões técnicas e objetivas, para formatar um conhecimento profundo para em função desse conhecimento poderem propor soluções ou apresentarem propostas para deixarem em aberto. As respostas às questões, não foram dadas. Não aceitam, reiterou, imputações de “*lavagem de roupa suja ou aproveitamento eleitoral*”, e que exigia um pedido de desculpas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. **Nuno Alas** interveio para referir que da interpretação do regimento, a questão já estava fora de contexto, sugerindo que se iniciasse o PAOD, que a discussão terminasse.

O Sr. **Sr. João Simas** que afirmou ter ficado muito triste com toda a situação que se passou, com todo o aproveitamento. Mora no Centro Histórico, sabe o que são obras, sabe o que é arqueologia, há locais onde se continuam a fazer prospeções há mais de 40 anos. Tem duas netas que frequentarão a escola de S. Mamede. Questões desta natureza não podem nem devem ser discutidas desta forma. Terminou a congratular-se com a marcação das reuniões referidas anteriormente.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** passou de imediato à primeira moção, apresentada pela bancada da CDU, “**Exige-se a adjudicação e a construção do Hospital Central Público do Alentejo, em Évora, até 2023**” apresentada pela **Sra. Elmina Lopes** que a passou a ler, ficando em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.

O Sr. **Adelino Fonseca** interveio para dizer que a moção lhes mereceu a melhor atenção, embora desfasada no tempo, e de uma realidade que não era objetiva, apenas um documento de claro aproveitamento eleitoral. Razão do voto contra.

Ao iniciar a sua intervenção, o Sr. **Nuno Alas** considerou a moção hilariante, mas com o tempo de pré-campanha eleitoral, tudo se percebe.

Em seguida, referiu que iriam viabilizar a moção se, se retirasse “... isso deve-se exclusivamente à ação e à persistência da CDU”. Não era verdade, devia-se sim a um conjunto de fatores.

A Sra. **Ana Beatriz Cardoso** concordou com a intervenção do colega de bancada, que iriam votar contra a moção, por várias razões. Foi o PS que colocou a construção do Hospital no seu programa nas anteriores eleições legislativas. O projeto do Hospital já existia fisicamente, deixou de ser prioritário, durante o anterior mandato, não sendo sequer mapeado para o anterior Quadro Comunitário. Logo, não seria sequer possível abrir o Aviso para o financiamento da obra. Só após as anteriores eleições e a aprovação da obra pelo PS, foi possível, aquando da renegociação do Quadro Comunitário, incluir a realização da obra como possível, e depois de todo o processo de renegociação estar concluído, em finais de 2018, foi possível proceder ao Aviso de Abertura de candidatura e só então lançada o procedimento de contratação pública, que está a decorrer desde dia 3, como é referido na moção.

No momento, lembrou que está a decorrer a fase de apresentação de propostas. Um procedimento de contratação pública internacional, sendo do conhecimento de todos que depois de recebidas as propostas, tem que ser feito um relatório preliminar etc.

Apenas quis deixar claro que era despropositada a moção. Mas sistematicamente, o PCP, tem insistido em colocar dúvidas relativamente a esta obra, desde o primeiro momento. Ainda assim, a verdade é que nunca se esteve tão perto da obra do Hospital Central se vir a realizar.

O Sr. **José Maria Figueira** concordou que se retirasse a palavra “...exclusivamente...”.

O Sr. **António Jara** reconheceu que processo desde 2009 tem sido adiado constantemente. Na Assembleia da República já foram aprovadas resoluções, por unanimidade, para a construção do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

hospital. Apesar dessa unanimidade da Assembleia da República, o governo não cumpriu essas decisões.

Por outro lado, em novembro de 2018, criou uma comissão para apresentar um relatório, que viria a ser apresentado em maio de 2019, na sequência de um abaixo-assinado para que a Assembleia da República fizesse uma reunião sobre a construção do novo Hospital Central Público do Alentejo, seriam necessárias 4000 assinaturas. Foram recolhidas 4600 assinaturas, das quais só 3700 foram consideradas válidas o que impedia a reunião na Assembleia sobre o assunto proposto.

A realidade é que a obra irá passar para a próxima legislatura, tudo o resto são as desculpas. A DCU fez tudo que era possível para que a obra fosse iniciada.

O **Sr. Bruno Martins** começou por dizer que se tudo se tivesse passado como o Sr. António Jara descreveu, a moção seria votada por unanimidade. Mas o problema é que a moção é bem clara, que só está a avançar por causa da CDU, ignorando iniciativas de outros partidos, nomeadamente do próprio PS, que entregou iniciativas parlamentares sobre o assunto, e que na mesa estava um deputado com quem, não pode estar mais em desacordo politicamente, mas que também questionou o governo. No governo o PS terá as suas culpas.

O BE também questionou o governo. Nestes casos é preciso ter sensibilidade e perceber que nem tudo se deveu à CDU, que teve um papel importante, que o deputado da CDU teve um papel importante e ainda bem que lá esteve também e lutar- Mas não foi apenas um grande trabalho apenas de um partido, pelo que considerou, não ser intelectualmente honesto.

Com o texto apresentado o sentido do seu voto será de abstenção.

Não se verificando mais intervenções o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** pôs à votação a moção que foi, reprovada, por maioria, com 17 votos contra (13 do PS, 3 do PSD e 1 da Coligação “Afirmar Évora 2017”), 12 votos a favor da CDU) e 2 abstenções (1 do BE e 1 do MMPI),

Declaração de voto Sr. Adelino Fonseca: Para que conste em ata como declaração de voto a minha intervenção “ipsis verbi” “O Sr. **Adelino Fonseca** interveio para dizer que a moção lhes mereceu a melhor atenção, embora desfasada no tempo, e de uma realidade que não era objetiva, apenas um documento de claro aproveitamento eleitoral. Razão do voto contra”.

Declaração de voto Sr. Nuno Alas: Gostaria que considerasse a nossa intervenção como declaração de voto “Ao iniciar a sua intervenção, o Sr. **Nuno Alas** considerou a moção hilariante, mas com o tempo de pré-campanha eleitoral, tudo se percebe.

Em seguida, referiu que iriam viabilizar a moção se, se retirasse “... isso deve-se exclusivamente à ação e à persistência da CDU”. Não era verdade, devia-se sim a um conjunto de fatores”.

Moção n.º 2 apresentada pela bancada da CDU “A isenção do IMI no Centro Histórico de Évora” que o Sr. **Nuno Cabrita** passou a ler, e que fica em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.

A Sra. **Ana Beatriz Cardoso** referiu que vários eleitos do PS, foram tendo ao longo dos anos, posições diversas, como é do conhecimento geral. Não obstante, no atual mandato, os eleitos do PS, já se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

afirmaram favoravelmente á isenção que foi reconhecida pelos tribunais, apesar das decisões nem sempre terem sido no mesmo sentido. O sentido de vota dos eleitos pelo PS, será a abstenção. Apenas porque a questão da isenção do IMI no Centro Histórico, deverá haver uma contrapartida para o Município, que não pode ficar prejudicado. Esperam que a breve trecho a nível legislativo haja algum esclarecimento, relativamente á matéria das isenções, como já foi falado, se a isenção seria concedida a todos os edifícios devolutos ou não, qualquer que fosse o seu fim, aquando o Movimento de Cidadãos veio apresentar a questão.

É verdade que o Centro Histórico de Évora tem características muito particulares, todo o perímetro do Centro Histórico está sujeito à isenção. O que não acontece noutros Centros Históricos.

O Sr. **Nuno Cabrita** interveio para esclarecer que nunca houve decisão do tribunal em contrário e, concordando ou não com a lei, o que se trata é do respeito pela lei, como o Supremo Tribunal do Porto disse, muito claramente “não há justificação nenhuma para esta não ser aplicada, a não ser, que a Assembleia da República determine de outra forma”.

O Sr. **João Simas** lembrou que q questão da isenção do IMI já foi discutida várias vezes, e em vários mandatos. Várias vezes foi colocada a questão dos prédios devolutos. Os proprietários ou as pessoas que arrendam e que habitam, que vivem e tratam dessas casas, não têm culpa que existam prédios devolutos. Os prédios devolutos não podem servir de desculpa para o não cumprimento da lei.

Não se verificando mais intervenções o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** pôs à votação a moção que foi **aprovada, por maioria, com 19 votos a favor (13 da CDU, 3 do PSD, 1 do BE, 1 da Coligação “Afirmar Évora 2017” e 1 do MMPI) e 13 abstenções (do PS).**

Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PSD “Évora: um concelho de mato a céu aberto?” Apresentada pela Sra. **Ângela**, que passou a ler, e que fica em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.

O Sr. **Presidente da Câmara** começou por informar que no âmbito da atividade da Câmara era sua intenção abordar a questão. Tendo em conta a apresentação da moção, apenas iria referir-se a duas questões que considerou muito importantes.

– Reconheceu que a situação era indesejável, por circunstâncias, algumas referidas,

- Todas as zonas críticas da cidade estão identificadas, bem como as épocas em que o problema aparece, como se deve atuar e quando atuar. O prolema dos herbicidas está estudado tendo sido identificados quais os que podem ser utilizados, por serem mais fracos, com menor poder de irradiação. Foi tratado e licenciado junto da Administração Central. Foi contratado um técnico especialista para a aplicação destes produtos, para começar os trabalhos e para que as próprias Juntas de Freguesia pudessem ter essa cobertura da Câmara e relação a essa matéria.

Reconheceu que a situação era deplorável e tinha que ser ultrapassada.

O Sr. **José Maria Figueira**, concordou com a intervenção do Sr. Presidente da Câmara. Efetivamente em algumas zonas da cidade estes problemas existem. Mas que não podem alinhar em slogans panfletários e propagandistas como no título da recomendação “**Évora: um concelho de mato a céu**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

aberto?” Uma coisa é reconhecer que há efetivamente problemas e a Câmara reconhece. Coisa bem diferente é a demagogia, a propaganda barata, rasteira como uma erva daninha. Como dificuldades mas que a Câmara está a intervir, o sentido de voto será de abstenção.

A Sra. **Ana Beatriz Cardoso** interveio para informar que o sentido de voto seria favorável, sendo certo que enquanto foi apresentada a moção, foram surgindo referências da mesma situação outros locais.

O Sr. **João Simas** perguntou aos subscritores da moção qual o conceito “mato a céu aberto”. Se da arqueologia, agricultura, etc. Tinha dificuldade em compreender o seu significado.

A Sra. **Cara Grácio** afirmou que deve haver dignidade no que se faz. Tem sofrido muitas desilusões, e como considera que não há mato a céu aberto, o título da moção não é digno. O assunto é sério, o que está mal já foi reconhecido, pelo que o título não é digno. Como disse na intervenção anterior, o sentido de vota da CDU será abstenção, sugerindo ainda assim aos proponentes da moção, um tudonada de mais dignidade. O assunto é muito sério.

O Sr. **Bruno Martins** perguntou ao Sr. Presidente da Câmara que avaliação fazia da máquina de monda térmica adquirida há cerca de um ano, sabendo-se que é menos eficaz, segundo um comunicado do Sr. Alexandre Varela.

De forma a esclarecer a questão colocada sobre a eficácia da máquina da monda térmica, o Sr. **Presidente da Câmara** explicou que o problema consiste no termo “eficácia”.

A máquina é eficaz onde é aplicada, o problema é demasiado lenta em termos de aplicação, que a eficácia fica reduzida em termos de lentidão. Se, se conseguisse percorrer o mesmo espaço que se percorre com o herbicida, seria muito eficaz.

Não se verificando mais intervenções o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** pôs à votação a recomendação que foi **aprovada, por maioria, com 18 votos a favor (13 do PS, 3 do PSD, 1 da Coligação “Afirmar Évora 2017” e 1 do MMPI), 3 votos contra (da CDU) e 11 abstenções (10 da CDU e 1 do BE).**

Moção apresentada pelo PS “Sobre o aumento do preço da água no Concelho” Apresentada pelo Sr. **Adelino Fonseca** que passou a ler, e que fica em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.

Intervenções:

Ao iniciar a sua intervenção o Sr. **Presidente da Câmara** disse que curiosamente o PS tomava posições que iam surpreendendo. Curiosamente, agora estão muito preocupados com os novos preços da água no concelho, mas na reunião de câmara abstiveram-se.

No momento estão muitos preocupados com o aumento do valor da água no concelho. É muito fácil fazer demagogia, com a percentagem de aumento. Em seguida lembrou que para famílias que gastam até 5 m³ o aumento é 2 cêntimos, cerca de 30% das famílias no concelho. Évora tem da água mais barata do país.

O que mais choca no momento, é a imposição do PAEL, que obriga a câmara a seguir as orientações da ERSAR, queria que o município cobrisse os custos da água em 5 anos Se, se cumprissem essas orientações, o aumento anual da tarifa da água, seria de 40% ano. Na altura foi comunicado à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Assembleia Municipal a situação. Foi contactada a ERSAR, que apesar de haver a obrigação do PAEL com os aumentos de 40% ano, os aumentos não iriam ser aplicados pelo município por serem valores incomportáveis para o concelho.

Depois de grandes pressões da ERSAR (que continuam nos relatórios enviados, diz que a câmara tem obrigação de receber os valores correspondentes aos anos anteriores, que não está a cumprir a legislação), aquando da apresentação na Assembleia Municipal do Plano de Saneamento Financeiro, foi explicada esta situação e que no Plano de Saneamento Financeiro a Câmara conseguiu reduzir fundamentalmente os aumentos a que estava obrigada.

É uma situação clara, que foi explicada em Assembleia Municipal, não decorre da vontade do município. Acresce ainda que o município tem o apoio para as famílias carenciadas, ou têm uma redução significativa na fatura da água, ou se não tiverem rendimentos, nem sequer é cobrada água. Compreendendo o período em que a moção aparece, não a considerou séria nem a corresponder à discussão havida na Assembleia Municipal, sobre o PAEL seguida do Plano de Saneamento Financeiro e ainda sobre os valores que tinham conseguido reduzir.

As ruturas foram reduzidas substancialmente perdendo-se muito menos água, vem como a obra das piscinas relativamente aos tanques externos que vão poupar cerca de 45.000 m³ de água, e a reposição da Água de Prata no Aqueduto que vai poupar cerca de 40,000 m³ de água. Estes trabalhos estão a ser feitos de forma séria e com todas as preocupações relacionadas com a água, pelo que não considerava justa a moção, que se refere apenas a uma questão quantificada do ponto de vista percentual e não absoluto.

A terminar, esclareceu que as Taxas são responsabilidade da Assembleia Municipal e as Tarifas são responsabilidade do Município.

O Sr. **José Maria Figueira** começou por dizer que depois dos esclarecimentos do Sr. Presidente da Câmara, a CDU iria votar contra a moção.

Lembrou que segundo os dados da ERSAR, que constam na página da ERSAR e podem ser consultados, o município de Évora fatura por 10 m³ de água, e não 5 como o Sr. Presidente referiu, são pagos a 5,90€. Segundo os dados da ERSAR, em Beja os mesmos 10m³ são pagos a 12,26€.

Apresentar uma moção deste tipo, disse, é pura demagogia eleitoralista, de um oportunismo impar, que levam ao voto contra.

O Sr. **Adelino Fonseca** começou por dizer que nem sequer se atrevia a comentar a intervenção do Sr. José Maria Figueira por a considerar ofensiva. E por se tratar de um assunto sério.

Em resposta ao Sr. Presidente concordou que a questão era séria, que tratava do aumento de 11,2%. Compreendem o aumento do preço da água. Mas que o aumento brutal está assente exclusivamente na variável do preço. O PS gostava que o aumento da água pudesse ser inferior, considerando outras variáveis que permitissem não assentar exclusivamente no preço com reflexo na receita, mas sim em variáveis que assentassem na diminuição da despesa.

Mas, seria necessário que nos 6 anos, tivesse havido um plano de investimento, nas redes, nas perdas de água, incluindo rotundas e o próprio complexo desportivo onde os aspersores regam as estradas e caminhos onde se vai a pé. Isto acontece por toda a cidade. Provavelmente o aumento seria maior, com o mesmo impacto no resultado final, de forma a cumprir o que a ERSAR propõe. Que o sistema deve ser equilibrado económica e financeiramente.

Afirmou que a questão era de preocupação e não eleitoralista e demagógica. Essa foi a razão de proporem à Câmara a possibilidade de rever a situação, e não compreendem que em 6 anos não tenha havido a possibilidade de rever as redes de água obsoletas, a monitorização das perdas, etc.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Relativamente à tarifa social ou qualquer outra, se os valores são baixos, não estava preocupado com valores absolutos, mas sim porque já haviam razões que obrigavam que assim fosse, e que corresponde a uma decisão do executivo do Sr. Presidente.

O que importa atualmente é a variação percentual que imputa ao anterior preço para obter um preço novo. E nesse sentido, a taxa social é exatamente a mesma porque fez as constas e é 11,2%.

Já em 1999 era uma competência da câmara municipal fixar as tarifas e preços, e em setembro 2003 continuava a ser competência da Câmara.

O executivo CDU iniciou o primeiro mandato em 2013 mas só retirou a matéria de Abastecimento Público de Águas, Saneamento e Gestão de Resíduos Sólidos. Não exigem que venha à Assembleia. A Lei não diz que tem que ser submetido à Assembleia, mas também não diz que não pode ser apresentado na Assembleia.

Em 17 de outubro de 2016 emitiu um documento que deixa transparecer aceitar de boa-fé e interesse público a apreciação e validação desse recurso pela Assembleia Municipal.

Não solicitam ao Sr. Presidente que submeta o assunto à Assembleia Municipal, apenas afirmam que é um assunto muito importante em termos de interesse público.

Terminou, a referir que a variação entre 2017/2018 é 5%, 2018/2019 é 5%, 2019/2020 é de 11,2%. Mais uma vez reiterou que não considerava demagogia a moção apresentada.

O Sr. **Nunos Alas** interveio para referir a surpresa ao verem a moção apresentada pelo PS, sobre uma questão, que em discussão de reunião de câmara se abstiveram, significando que de alguma forma, concordaram com a proposta então apresentada.

O sentido de voto do PSD é conhecido, reiterando a posição do Vereador do PSD na Câmara, será contra. Acreditam no que o Sr. Presidente referiu, que será um trabalho de futuro, os tanques das piscinas municipais, a água de Prata no Aqueduto, a utilização da água da chuva para regas. Mas de momento os eborenses cruzam-se com dois aspetos, o aumento em 11,2% da água não existindo medidas atualmente da parte da Câmara que corrijam na mesma proporção. Mesmo estando já em curso, Algumas possivelmente, não irão chegar aos 11,2%. O esforço que o PSD pede é que da mesma maneira que os eborenses pagam mais 11,2%, a Câmara corrija e reduza também o seu consumo de água. Mais que a questão do preço, trata-se da questão ambiental, como preocupação de todos. Todos concordaram com a aplicação da taxa social, mas 11,2% num hotel, sabendo-se que o concelho vive muito do turismo, será um crescimento muito considerável por ser uma fatia de custos significativos num hotel.

Terminou, afirmando que subiu bastante, que não se podia minorar a subida do custo da água.

Considerando que basicamente tudo já havia sido dito em relação à moção apresentada, o Sr. **Frederico de Carvalho** interveio para reiterar que o PS com a matéria que apresentou para submeter à votação, exorbitou o seu trabalho político, tendo em contas as responsabilidades do passado, como não se conseguindo vislumbrar a dualidade de critérios. Não sendo a primeira vez que acontece não haver coerência entre o trabalho da sua vereação e os seus deputados municipais.

Mas admitindo ainda assim, que os valores não sejam demasiado elevados, seria importante dizer ao executivo municipal que este aumento promovesse a qualidade do serviço prestado, nomeadamente na qualidade da água na diminuição efetiva do número de ruturas, que ainda se mantém muito elevado. Se os munícipes percebessem que o aumento mantém um nível abaixo da média nacional na faturação, é óbvio que querem o melhor e nesse sentido a autarquia terá que fazer um esforço maior na área do saneamento, na qualidade da água, no uso racional dos seus serviços.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Questionou, por último o Sr. Presidente da Câmara como estava a questão da ETAR da Boa-Fé, e que o seu voto seria de abstenção.

A Sra. **Florinda Russo** perguntou se pensaram o que dirão os seus fregueses, tendo em conta a qualidade da água que lhes é fornecida, mais o respetivo aumento. Na próxima sessão da Assembleia Municipal terá todo o gosto em trazer água para que todos possam provar da água que é distribuída à população de S. Manços.

O Sr. **Presidente da Câmara** voltou a intervir para em primeiro lugar reiterar a completa demagogia dos 11,2% que em termos gerais são 10% e significam 2 cêntimos para 30% do município., e valores irrisórios para os restantes.

A água em Évora continua a ser das mais baratas do país. Mesmo para um hotel ou empresa que concorre com parceiros de outros concelhos, continuam a ter a água mais barata que nos concelhos limítrofes. Seria bom ver para se perceber a real situação.

Em relação às questões das medidas, há um dado fundamental, quando a CDU chegou à Câmara o deficit da água entre custos e proveitos era mais **de 6 milhões de euros** atualmente está abaixo dos **3 milhões de euros**.

Estes valores são o resultado do trabalho feito, exatamente para resolver os problemas que o PS diz que não estão a ser resolvidos.

Além de tudo isto, é preciso referir um dado fundamental que tem que ver com um custo que, perguntou ao PS se estava disponível para resolver o problema. A Câmara continua a pagar a água da chuva nas ETAR's centenas de milhares de euros, por imposição governamental. A Câmara paga 50 pontos percentuais acima do que é a média técnica da água que chega à ETAR, Voltou a perguntar se o PS estava disponível para resolver o problema e poupar aos munícipes e ao município centenas de milhares de euros, se sim, a Câmara está na disposição de trabalhar nesse sentido, como já fez a proposta várias vezes, derrotados.

Lembrou também o conjunto de intervenções relativas à recuperação de valor de faturas de água em dívida. Que os munícipes paguem a água que consomem, 30% não pagavam.

A Sra. Presidente disse que a água em S. Manços não é de não é boa qualidade, em algumas zonas isso acontece. Mas também acontece que uma boa parte dos munícipes não paga água. A água é má, mas é consumida e não é paga. Mais um dado que também é importante, afirmou.

Em relação às ruturas foram também tomadas medidas, sendo que de momento as ruturas são muito abaixo do que se verificavam há algum tempo. As perdas de água na medição da ERSAR, apesar das ruturas que ainda vão aparecendo, também é das mais baixas do país.

Existe um conjunto de problemas reais, mas que se tem estado a responder traduzindo-se em diminuição de valores muito significativos.

A terminar, afirmou não poder aceitar a moção submetida pelo PS, o problema não foi causado pela CDU, o problema já vinha detrás.

Não se verificando mais intervenções o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** pôs à votação a moção que foi **Reprovada, por maioria, com 14 votos contra (13 da CDU, e 1 do MMPI), 11 votos a favor (do PS), e 5 abstenções (3 do PSD, 1 do BE e 1 da Coligação “Afirmar Évora 2017”)**

Saudação “À Greve Climática Global” apresentada Bloco de Esquerda que o Sr. **Bruno Martins** passou a ler e que fica em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. **Frederico de Carvalho** interveio para afirmar que a Coligação Afirmar Évora 2017 se solidarizava com as questões da emergência climática, e com as necessidades de cada vez mais as populações se adequarem a um mundo sustentável, pelo que são e serão sempre por esse diapasão e por esse desafio, que é uma emergência.

Toda essa adequação deve ser feita do ponto de vista humano transitória e moderada, de forma a não colocar em causa a economia e a vida das populações.

A terminar disse que iria votar favoravelmente a moção, aproveitando a exortar o executivo municipal a dotar as instalações municipais, de maior e melhor eficiência energética.

A Sra. **Ana Beatriz Cardoso** considerou muito importante a necessidade de mudança de mentalidades e condutas em relação às alterações climáticas. Acredita que em relação a esta questão, o futuro já chegou sem que muitos tivessem dado conta e que o voto do PS à saudação só poderia ser favorável. A terminar lembrou as várias iniciativas, que irão decorrer em Évora, em que alguns dos filhos dos deputados municipais estão envolvidos, na tentativa de garantir que o planeta é um espaço sustentável onde se possa viver.

Referiu já estar prevista pelos municípios a adoção de planos municipais de adaptação às alterações climáticas, sendo que o município de Torres Vedras, Oeiras e Mafra já têm uma estratégia de adaptação às alterações climáticas, Évora não tem. O que é demonstrativo que estas questões têm que ser generalizadas.

O Sr. **Nuno Alas** começou por dizer que iriam acompanhar a saudação do BE por concordarem com o seu espírito. Que os recursos do país têm que ser explorados, nomeadamente os que são necessários para acabar/diminuir com as importações, e sem cair no eleitoralismo, mas com parcimónia e sustentabilidade ecológica. Que iriam votar favoravelmente a saudação.

Eu O Sr. **José Maria Figueira** iniciou a intervenção referindo que a saudação envolve não só o Movimento Estudantil mas também outras estruturas nas questões das alterações climáticas, e embora não concordem com a não referência à “desertificação humana” e “falta de ordenamento do território”, e outras consequências que levam a essas situações.

Os municípios do distrito de Évora e a CIMAC têm um plano Intermunicipal das Alterações Climáticas apresentado em 2018, com uma estratégia sobre esta matéria. Dizer que não conhece um plano que envolve os 14 municípios do distrito de Évora com um conjunto de linhas de orientação e trabalho, parece falta de atenção qo que se vai passando na região.

O Sr. **Bruno Martins** concordou que faltava muita fundamentação, pelo que esperava na próxima Assembleia Municipal, uma moção bem fundamentada, com uma estrutura profunda e que aborde todas as temáticas, apresentada pela bancada da CDU.

Não se verificando mais pedidos de palavra o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** pôs à votação a saudação que foi **Aprovada, por unanimidade, com 32 presenças.**

Em relação ao **voto de pesar** apresentado pela Mesa da Assembleia aos seus membros o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** começou por referir que era do conhecimento geral que o Sr. Vereador e Vice-Presidente João Manuel da Horta Rodrigues, faleceu no passado dia 26 do mês de julho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Foi homenageado em Reunião de Câmara, e como esta era a reunião da Assembleia Municipal imediatamente a seguir ao seu falecimento, apresentou o voto de pesar, que leu, e que fica em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.

Não se verificando pedidos de palavra o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** pôs à votação o **Voto de pesar em memória de João Manuel da Horta Rodrigues** que foi **Aprovado, por unanimidade, com 32 presenças**

Em seguida o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** propôs um minuto de silêncio em Memória de João Manuel da Horta Rodrigues.

Depois de respeitado o minuto de silêncio, o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra á Sra. **Clara Grácio** que passou a ler um documento sobre o início do ano letivo “*A Educação é um direito fundamental, é condição essencial para o desenvolvimento económico e social do país.*

A escola pública gratuita e universal democrática inclusiva e de qualidade para todos, é ferramenta imprescindível da concretização desse direito.

A implementação da gratuitidade de manuais escolares para todos é uma medida de enorme importância, no sentido da gratuitidade da educação e da garantia da igualdade no acesso e no sucesso escolar. Esta medida permite uma poupança muito significativas às famílias. Uma medida que há muito era reivindicada pela comunidade escolar, e que só foi possível concretizar pela intervenção determinada e persistente do PCP- No entanto, há quem queira andar para trás e introduzir dificuldades para que a medida não se concretize. É disto exemplo a distribuição de manuais escolares reutilizados, sem condições, como está a acontecer, neste momento, no 1.º ciclo do ensino básico.

Os manuais escolares do 1.º ciclo estão concebidos para serem reutilizados. Não estão preparados para os alunos escreverem, desenharem, pintarem, recortarem e colar. Por isso, não é aceitável que estejam a ser distribuídos às famílias, nessas condições.

Aos alunos do 1.º ciclo têm direito a um manual escolar com todas as condições para uma adequada aprendizagem.

Esta é uma medida que pretendemos enfatizar, pare que no sentido certo. No entanto, outras condições são menos favoráveis- A falta de auxiliares de ação educativa bem como de administrativos, tem vindo a ser sentida de norte a sul do país.

Sucedem-se relatos de manifesta impossibilidade de cumprimento efetivo de rácios por falta de trabalhadores em situação de baixa e mesmo de aposentação Estima-se que faltem cerca de 3.00’ trabalhadores para que a escola pública possa funcionar com dignidade.

Em fevereiro deste ano, o ministro da educação anunciou a abertura de concursos para a integração nos seus quadros de 1067 assistentes operacionais. Na maior parte das escolas, as aulas vão começar sem o processo estar concluído. Esta situação, obviamente, tem consequências no concelho de Évora. Também aqui não há esses funcionários para que as escolas tenham dignidade e possam funcionar de forma adequada.

Em quatro das freguesias rurais não há auxiliares colocados pelo ministério da educação. Estas situações não são admissíveis. Há uma sobrecarga de trabalho para os funcionários que estão nas escolas que lhes provoca graves problemas de saúde, incluindo baixas, o que agrava mais o problema. Tendo em conta tudo que foi dito no período antes a ordem do dia, é importantíssimo o que vou dizer, e no que respeita aos acabamentos escolares? Fui à página da Évora Notícias, lá vi que a Câmara Municipal de Évora viu aprovados vários projetos com o objetivo de remoção ou encapsulamento de



fibrocimento e conferir aos edifícios maior conforto térmico e condições de estanquidade. Estão concluídos para as soluções em fibrocimento as coberturas da Escola Jardim de Infância Bairro Santo António, EB Escola Básica do Frei Aleixo, da Vista Alegre, Cruz da Picada, Horta das Figueiras e ainda a escola Básica do Bairro de Almeirim beneficiou de uma forte intervenção que consistiu na construção de novas instalações sanitárias para todos, recreio coberto, numa copa, vestiário e uma arrecadação. A Escola da Crus da Picada além da retirada do fibrocimento beneficiou da remodelação total da cozinha.

Há investimento no parque escolar no que é da tutela da Câmara Municipal. Mesmo os edifícios que não são da tutela, há uma tentativa de disponibilidade total para que esses processos continuem, como no caso da escola André de Gouveia.

Na avaliação do início do ano letivo é necessário identificar os problemas, não sendo cúmplices nem cobardes para ousar algumas medidas como no contrato de execução. E passar não só de promessas mas garantir que a implementação dessas medidas sejam efetuadas porque a escola pública, a educação é uma prestação urgente, emergente para todos”.

O **Sr. Jerónimo José** registou a intervenção no momento, considerando-a como a parte eleitoralista boa, devolvendo assim as acusações feitas anteriormente.

Como os funcionários foram devolvidos ao Ministério, perguntou, se ainda eram da responsabilidade da Câmara para que o ano letivo funcionasse normalmente.

Como resposta o **Sr. Presidente da Câmara** informou que a delegação de competências foi devolvida e que o ano letivo inicia com menos 33 assistente operacionais nas escolas de Évora, logo não funciona em condições, com graves problemas de segurança e funcionamento. Algumas com encerramento de turmas.

Relativamente aos manuais escolares, o **Sr. Bruno Martins** solicitou que ficasse em ata a valorização de acordo entre partidos “*a importância que foi no acordo à esquerda de dois projetos de lei que entraram no mesmo dia, dom BE e do PCP. E a negociação que foi feita com o PS que permitiu esta importante conquista no nosso País*”

O **Sr. Jerónimo José** clarificou que em algumas situações o ano letivo iniciou normalmente,

O **Sr. José Vitorino Piteira** informou que em Nossa Senhora de Machede o ano letivo começou bem, Há duas salas de aulas, Se a Câmara entender, há salas de aulas disponíveis se for necessário para alguns alunos de S. Mamede por necessidade das obras.

Acredita que o excesso de alunos que há em S. Mamede não é por serem todos residentes do Centro Histórico.

Em seu entender, falta vontade política para que as crianças até ao quarto ano de escolaridade tenham que andar na sua área de residência.

Terminado o Período Antes da Ordem do Dia o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Mesa propunha um intervalo de 10 minutos,

Após o intervalo e ao reiniciar os trabalhos, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, antes de entrar na Ordem do Dia, deu conhecimento de que, já depois do Edital afixado, a Assembleia Municipal recebeu o ofício/circular n.º 51/2019 da Associação Nacional de Municípios Portugueses em que solicita a indicação de um Presidente de Junta efetivo e de um suplente, para representarem a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Assembleia Municipal de Évora no XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Em conformidade com a alínea e) do n.º 2 do artigo 32.º do seu Regimento, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal perguntou se o ponto podia ser incluído na ordem de trabalhos. Esta alteração foi aceite por unanimidade, ficando a **Ordem de Trabalhos** com a seguinte formulação:

I – Ao abrigo do n.º 2 do art.º6.º dos estatutos da ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses):

- 1. Eleição de Presidentes de Junta/Uniões de Freguesias do concelho para integrarem o XXIV Congresso da ANMP.**

II – De acordo com a Lei n.º 76/2013, de 12 de setembro, a CME apresenta para deliberação da AME os seguintes pontos:

- 1. Pedido de autorização para abertura de procedimentos concursais para recrutamento de pessoal técnico, por tempo determinado – Ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Évora.**
- 2. Proposta para nova submissão à Assembleia Municipal da aprovação dos contratos de empréstimos para substituição do PAEL.**
- 3. Proposta de aprovação de minuta de aditamento ao contrato de empréstimo (mútuo) celebrado com o Banco BPI, para substituição do PAEL**
- 4. Proposta de aquisição de prédio urbano – Terreno para expansão do Parque Industrial e Tecnológico de Évora (PITÉ)**
- 5. Relatório de Revisão às Demonstrações Financeiras do Município de Évora – 1.º semestre de 2019.**
- 6. Auditoria ao Município de Évora – Controlo do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL).**
- 7. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo.**
- 8. 6.º Relatório semestral do Plano de Saneamento Financeiro – junho de 2019.**

Antes de entrar no ponto no ponto **I – 1 da Ordem do Dia**, o **Sr. Jerónimo José** referiu que no ponto 4 faltava a planta que deveria constar na documentação entregue. Solicitou em seguida, que aquando da digitalização dos documentos, houvesse algum cuidado, de forma que a documentação distribuída fique legível (textos e mapas), No computador é de muito difícil leitura, se for imprimir ainda fica pior porque existem muitas falhas que não deixam perceber os documentos, Os próprios documentos como ficam de cabeça para baixo no ecrã são de difícil leitura.

Se houver algum cuidado na digitalização evitam-se estes incómodos e a impressão.

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu o alerta e afirmou que iria verificar com os serviços no sentido de melhorar a apresentação dos documentos- Perguntou de seguida se nenhum deputado recebeu a planta em causa, tendo-lhe sido confirmado que não.

Perguntou então, se o ponto se mantinha para discussão apesar da falta da planta ou se, se considerava não haver condições para discutir o ponto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. Joaquim Alvarenga informou o Sr. Presidente que iria buscar o original da planta.

O Sr. **José Maria Figueira** lembrou que independentemente da falta da planta, todos os documentos foram entregues, desde o Registo da Conservatória, a Inscrição da Matriz com o respetivo art.º, freguesia e art.ºs da parte urbana. Que se conseguia localizar através da página da internet. Existia uma falha, mas fácil de reparar, era possível aceder á planta.

Em nova intervenção, o **Sr. Jerónimo José** afirmou não querer colocar ninguém em causa, apenas ter a noção exata das coisas.

I

PONTO 1 – ELEIÇÃO DE PRESIDENTES DE JUNTA/UNIÕES DE FREGUESIAS DO CONCELHO PARA INTEGRAREM O o XXIV CONGRESSO DA ANMP

Depois do consenso obtido, entrou-se no primeiro ponto da **Ordem do Dia** e o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** perguntou às diversas bancadas, se tinham listas para propor a eleição dos dois Presidentes de Junta/União de Freguesia do concelho para integrarem o XXIV Congresso da ANMP.

O **Sr. Jerónimo José** lembrou que sempre foi um ou dois elementos da CDU e um do PS, sendo que o elemento do PS fica sempre suplente. Nesse sentido, propôs que houvesse abertura para que um elemento do PS tivesse oportunidade de ter a experiência de ir a um Congresso da ANMP, dado que o representante não tem direito de voto. Apenas acompanha os trabalhos. Em seu entendimento, seria justo dar essa possibilidade a um Presidente da junta do PS

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que o Congresso a realizar a 29 e 30 de novembro, não é eletivo, é apenas intercalar.

O **Sr. José Maria Figueira** começou por dizer que independentemente de ser um congresso eletivo ou não, não se podia escamotear a realidade da representatividade das freguesias no concelho. Que estavam disponíveis para que um membro suplente do PS integrasse uma lista em que o membro efetivo fosse da CDU e o membro suplente do PS. Nada impede os membros suplentes de irem ao congresso, desde que convidados.

Em resposta o **Sr. Jerónimo José** frisou que a última vez que propuseram essa solução foi recusada. Foram feitas duas votações e acabou por não ir ninguém ao Congresso, por não ser possível desempatar.

Sabe o que é um congresso, como funciona ao nível de freguesias, não sabia que o suplente podia ir, normalmente vai no impedimento da pessoa eleita para representar.

Mas, se não tem relevância, poderia ser feito ao contrário, o PS leva o efetivo e a CDU leva o suplente.

Como não se chegou a nenhuma conclusão o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada da CDU e à bancada do PS que apresentassem listas constituídas por dois nomes submetendo posteriormente esses nomes a votação.

Perante a situação de impasse o **Sr. Silvino Costa** apresentou uma proposta que alterava um pouco a proposta do Presidente sugerindo que o PS apresentasse um nome e a CDU apresentasse outro nome,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

o nome que ficasse em primeiro lugar seria o membro efetivo, sendo membro suplente o que ficasse em segundo lugar.

É alegado que a representatividade das Uniões e Juntas de Freguesia que estão sob a tutela da CDU representam efetivamente um número muito mais elevado de eleitores. Mas, por outro lado, deve ser tido em conta que o número de Freguesias sob tutela do PS é maior que as da CDU..

Quando se tenta cada vez mais valorizar as freguesias rurais, seria de alguma forma razoável ser dada oportunidade ao PS.

Em nova intervenção o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** concluiu que a bancada da CDU apresentou uma lista com dois nomes, nesse sentido perguntou à bancada do PS, do PSD, à Coligação Afirmar Évora e ao Bloco de Esquerda, se também queriam apresentar uma lista. Em seguida foi feita a distribuição dos boletins de voto.

Da votação resultaram duas listas, a lista A da bancada da CDU que tem como membro efetivo o Sr. José Russo e a Sra. Gertrudes Pastor como membro suplente; a lista B da bancada do PS, tem como membro efetivo o Sr. Jerónimo José e o Sr. Luís Ramalho como membro suplente.

Depois de conhecidas as listas, procedeu-se à sua votação, cujo resultado foi o seguinte das 32 presenças na sala:

- 5 votos em branco;
- 13 votos na lista A;
- 14 votos na lista B.

Depois de feita a contagem dos votos, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** informou que o Presidente da Junta efetivo para integrar o XXIV Congresso da ANMP era o Sr. Jerónimo José e o Presidente da Junta suplente, o Sr. Luís Ramalho.

A Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto, eleger os Srs. Jerónimo José (Freguesia de Canaviais – efetivo) e Luís Ramalho (Freguesia de S. Miguel de Machede-suplente), para integrar o XXIV Congresso da ANMP

De imediato o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** passou às propostas apresentadas pela Câmara Municipal

II

PONTO 1 - DELIBERAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA RECRUTAMENTO DE PESSOAL TÉCNICO, POR TEMPO DETERMINADO – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA.

O Sr. **Presidente da Câmara** começou por recordar a necessidade de um conjunto de concursos para as AEC's, com um procedimento próprio, através do Ministério da Educação e da Câmara Municipal.

Que procedimento teve que ser realizado, num prazo que permitisse a entrada dos concorrentes o mais cedo possível, tendo em conta o início do ano letivo. Foi esta a razão, do pedido de ratificação do seu despacho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade (com 32 presenças), aprovar o pedido de ratificação de despacho do Sr. Presidente da Câmara.

PONTO 2 - DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA PARA NOVA SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA APROVAÇÃO DOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO PARA SUBSTITUIÇÃO DO PAEL.

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que este assunto já havia sido submetido à apreciação da Assembleia, tendo-se verificado aquando da votação 16 votos favoráveis e 16 abstenções.

Documentos com as características deste, têm que ser aprovados por maioria, por obrigatoriedade da Lei. Esta é a razão de novamente este ponto voltar à assembleia para nova deliberação.

Para explicitar melhor o ponto, o Sr. **Presidente da Câmara** referiu: *“De acordo com a Lei, para que o Município possa assumir o contrato, tem que haver, na Assembleia Municipal uma votação favorável da maioria absoluta dos membros em efetividade de funções, o que significa que a maioria absoluta dos membros em efetividade de funções são 17 e o contrato foi aprovado por 16 membros. O que se submete à Assembleia é que se possa considerar a possibilidade de recolher, pelo menos mais um voto, para conseguirmos dar sequência ao PAEL.*

Caso não seja possível ter mais um voto, o processo de substituição do PAEL, não pode ter seguimento.”

Na sequência da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. **Nuno Alas** referiu que a bancada do PSD se absteve na votação anterior. Naturalmente iriam votar favoravelmente uma proposta com vantagens para o concelho.

Em seguida, o Sr. **Adelino Fonseca** começou por lamentar o lapso, que é sempre desprestigiante para o Município, uma situação prevista no Dec.-Lei 73/2013, n.º 6. Ninguém pode evocar o desconhecimento da Lei.

Referiu que o PS se absteve na votação anterior. Que iriam votar favoravelmente. Lembrou que a substituição do PAEL, por um empréstimo de longo prazo, foi uma proposta do PS, que foi alvo de apreciação do orçamento municipal.

O Sr. **Bruno Martins** perguntou de quem e qual o lapso a que se referiu o Sr. **Adelino Fonseca**, que respondeu que o lapso foi de quem validou, implica o conhecimento da lei, que diz exatamente isso e passou a ler *“Os contratos de médio e longo prazo incluídos nos empréstimos contraídos no âmbito de mecanismos de recuperação financeira municipal previstos na secção seguinte cujos efeitos de celebração se mantenham por um ou mais mandatos são objeto de aprovação por maioria absoluta dos membros da Assembleia Municipal”*, houve um lapso, razão porque não votaram favoravelmente na altura.

Como resposta, o Sr. **Bruno Martins** afirmou continuar sem perceber qual foi o lapso. É verdade que ninguém pode evocar o desconhecimento da Lei. Logo, na última votação, quem votou, votou como quis e os serviços verificaram que não poderia ser dado seguimento à proposta com a votação que havia sido feita. Não houve lapso nenhum, afirmou. Cada um votou como quis na altura e nesta votação cada um votará novamente como quiser.



Seguiu-se a intervenção do Sr. **José Maria Figueira** que lembrou que na sessão em causa estavam em efetividade de funções 32 deputados presentes, porque 1 estava ausente. Pode ser interpretado assim, mas em termos da Lei, efetividade de funções somos 33 logo teriam que ser 17 a votar a favor. Não há lapso, o Tribunal considerou que têm que ser 17 votos.

Seguiu-se nova intervenção do Sr. **Presidente da Câmara** para afirmar que a Assembleia vota como quer, e a Câmara Municipal respeita, a decisão da Assembleia.

Constatou-se que com a decisão da Assembleia, de acordo com a Lei, provavelmente, o Tribunal de Contas recusará o Contrato. Para tentar evitar a recusa do Tribunal de Contas com base nesta argumentação, a Câmara está a tentar prevenir-se para que ao enviar a documentação ao Tribunal de Contas o problema dos 17 votos estar resolvido. Nada mais.

A terminar as intervenções sobre este ponto, o Sr. **Frederico Carvalho** afirmou que a sua interpretação era exatamente essa, embora não tivesse sido dito que havia essa ressalva. Vindo novamente a proposta para votação, cada um vota de acordo com a sua consciência.

O sentido do seu voto será o mesmo, até porque foi uma coisa que o CDS e o Afirmar Évora 2017 sempre defenderam, negociar o quanto antes. Votará favoravelmente.

A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade (com 32 presenças), aprovar a proposta para nova submissão à Assembleia Municipal da aprovação dos contratos de empréstimo para substituição do PAEL.

PONTO 3 – DELIBERAÇÃO ACERCA DA PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA MINUTA DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO (MÚTUO) CELEBRADO COM O BANCO BPI, PARA SUBSTITUIÇÃO DO PAEL

O Sr. **Presidente da Câmara** interveio para referir que o contrato aprovado, foi objeto de sugestões de alteração por parte do Tribunal de Contas que foram negociadas tendo-se chegado à necessidade de elaborar o aditamento, que responde a todas as questões que o Tribunal de Contas levantava e às que o BPI colocava. Assim, com o aditamento os problemas do contrato ficaram resolvidos.

O Contrato foi aprovado na Assembleia Municipal, assim como o seu Aditamento deve ser aprovado em Assembleia Municipal.

Referiu que o Aditamento não tinha a obrigatoriedade do número de votos, se fosse possível, ficaria mais descansado.

A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria, com 19 votos a favor (13 da CDU, 3 do PSD, 1 do BE, 1 da Coligação “Afirmar Évora 2017 e 1 do MMPI) e 13 abstenções (do PS), aprovar a minuta de aditamento ao contrato de empréstimo (mútuo) celebrado com o banco BPI, para substituição do PAEL



PONTO 4 – DELIBERAÇÃO ACERCA DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE PRÉDIO URBANO – TERRENO PARA EXPANSÃO DO PARQUE INDUSTRIAL E TECNOLÓGICO DE ÉVORA (PITÉ)

O Sr. **Presidente da Câmara** apresentou a proposta, começando por afirmar que apesar das dificuldades financeiras do Município, era urgente conseguir terrenos para aumentar o Parque Industrial e Tecnológico. Nesse sentido a Câmara, há alguns meses, encetou conversações com os proprietários de um terreno adjacente, no sentido de conseguir um acordo, para a aquisição desse terreno, tendo em conta os condicionalismos do Município.

O acordo foi conseguido, apontando em termos globais para a aquisição de 26 ha, sendo que na primeira fase, estão disponíveis 10 ha ficando os restantes 16 ha disponíveis numa fase posterior. Esta foi a negociação possível por não haver capacidade por parte da Câmara para pagar tudo de uma só vez.

Esta proposta refere-se apenas aos 10 ha. Neste terreno existe uma grande vantagem, uma parte das infraestruturas já estão disponíveis junto à área. Este terreno, pode ser utilizado pelas empresas com grande rapidez. O desenho que consta na planta na zona amarela, foi apenas uma abordagem. O loteamento do terreno só poderá ser feito após a aquisição do terreno pelo Município, com alguma flexibilidade como sempre tem sido feito em relação ao tamanho dos lotes.

O que foi conseguido em termos de certidão, foi o pagamento em prestações, o dá jeito à Câmara, pelas razões que todos conhecem.

Na sequência da intervenção do Sr. Presidente da Câmara o Sr. **Adelino Fonseca** pediu a palavra para colocar as seguintes questões tendo em conta o conteúdo da certidão *“Refere-se que a Câmara Municipal tem interesses em carteira, gostaria de saber para que setores de atividades são esses interesses já em carteira, para avaliar a importância dos mesmos.*

Que áreas são solicitadas para esses investimentos, porque se refere que os lotes são pequenos (eu concordo consigo), para o que são as necessidades das empresas hoje.

Que projetos de investimento tem em carteira para empresas de média e grande dimensão, e como pensa o Município conseguir segurar estas intenções de investimentos considerando que todo o processo que se vai desenvolver após aquisição, desenvolvimento do projeto, infraestruturização, licenciamento da área de licenciamento empresarial, vai levar algum tempo. Como é que se consegue segurar esses investimentos que estão em carteira, sem que se corra o risco de os perder.

Também gostava de saber como prevê o Sr. Presidente financiar a infraestruturização desta ampliação do Parque Industrial, fase III.

Quanto à área, parece-nos bastante razoável e bastante interessante, o preço também nos parece ter sido bem negociado, 6.000€/ha, para uns terrenos destes, parece ser um preço ajustado.

Quereria ainda saber se não existe risco em termos do que foi contratado, de o Município estar salvaguardado de pedidos de indemnização se tiver necessidade de usar este terreno, para outro fim, ainda que de natureza empresarial, por parte do vendedor. Ou seja, se vai ficar salvaguardado

Em contrato-promessa de compra e venda e em contrato de compra e venda, esta situação do uso do terreno para que não sejamos posteriormente surpreendidos com pedidos de indemnização. Que ainda decorre um em tribunal sobre este mesmo vendedor”.

Em resposta o Sr. **Presidente da Câmara** informou: *“Relativamente à negociação feita com os proprietários, uma das questões que colocámos e foi garantida, é que podemos entrar em posse do terreno assim que seja necessário.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Apesar de haver um pagamento em prestações, uma prorrogação, o que está acertado, relativamente aos 10 ha, que podemos entrar imediatamente na posse do terreno e desenvolver já as questões de ordenamento, nomeadamente o loteamento que tenha necessidade de ser feito neste local.

Está salvaguardado também, que o uso deste terreno, é para o que está previsto no âmbito do PITÉ. Foi imediatamente salvaguardado. Devo dizer que os proprietários quiseram vender um outro terreno, um triângulo que fica perto, só que os preços subiram muito, é terreno para habitação. Podíamos ter interesse no sentido de criar habitação para os trabalhadores, mas o valor disparou, não chegamos a acordo, não está ainda fora de questão.

As questões com os proprietários decorreram de forma muito cordata, ficando tudo “preto no branco”, com um preço razoável.

Relativamente aos restantes 16 ha, não tendo nós a possibilidade de os adquirir de imediato, se surgisse uma empresa que tivesse necessidade de mobilizar um terreno, também poderia ser mobilizado de imediato.

Julgo que estão garantidas as situações para que os potenciais investidores se possam instalar, no caso de tomarem essa decisão.

Há algumas empresas interessadas, temos uma com alguma dimensão. São todas da área industrial. Mas de acordo com o Regulamento do PITÉ podemos ter outros usos, ainda que, sejam complementares, como é óbvio”.

A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade (com 32 presenças), aprovar a proposta para aquisição de prédio urbano – Terreno para expansão do Parque Industrial e Tecnológico de Évora (PITÉ).

PONTO 5 – DELIBERAÇÃO SOBRE O 6.º RELATÓRIO SEMESTRAL DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO – JUNHO DE 2019.

Na apresentação do ponto, o Sr. **Presidente da Câmara** referiu que o Relatório mostrava que a Câmara estava em linha com as previsões do Plano de Saneamento Financeiro, tendo em conta o desfasamento de seis meses, com que iniciou o plano. Que em termos globais estava a ser cumprido aquilo que a Câmara se tinha proposto no plano financeiro, tal como como o Relatório identificava.

A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria, com 19 votos a favor (13 da CDU, 3 do PSD, 1 do BE, 1 da Coligação “Afirmar Évora 2017 e 1 do MMPI) e 13 abstenções (do PS), aprovar o 6.º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro – junho de 2019.

Antes de entrar nos pontos 6, 7 e 8 da Ordem do Dia, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que estes eram pontos para conhecimento e não para deliberação.



PONTO 6 – RELATÓRIO DE REVISÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO DE ÉVORA – 1.º SEMESTRE DE 2019.

O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que o Relatório vinha na continuidade do que a ROC tinha vindo a apresentar, alertando para problemas existentes e ao mesmo tempo, para a evolução positiva das contas do Município. Lembrou que houve um problema que se refletiu no Relatório.

O Relatório está em linha com o previsto, à exceção do problema, ao qual se irá referir aquando da atividade do município.

O Sr. **Adelino Fonseca** interveio para dizer que este, é o documento que é elegível, como não o avaliaram o PS iria abster-se. Não tomam conhecimento. Não conseguiram ler.

Tomado conhecimento.

PONTO 7 – AUDITORIA AO MUNICÍPIO DE ÉVORA – CONTROLO DO PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

O Sr. **Presidente da Câmara** esclareceu que a auditoria esteve no Município durante muitos meses, não apenas ao PAEL mas a toda a atividade económica e financeira do Município, centrando-se finalmente nas questões do PAEL.

Colocou um conjunto de questões e recomendações. Estiveram em dúvida sobre uma situação passível de poder ter penalização. Mas informou que o Tribunal de Contas já arquivou essa informação, o que significa que não houve nada sobre essa matéria.

Responde no fundamental ao que sempre têm referido, que o PAEL é um programa já ultrapassado pelas razões que aduziram e por essas razões, avançaram para o Plano de Saneamento Financeiro. Quando for frita a substituição a situação desaparecerá. Ao substituir o PAEL as auditorias terminam sobre o PAEL.

Tomado conhecimento.

PONTO 8 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA ACERCA DA ATIVIDADE SO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

O Sr. **Presidente da Câmara** iniciou a intervenção com a descrição do que considerou um grave problema para o Município: “ *Este problema tem a ver com a obrigação de termos que devolver 2.000.000€ de IMT, durante este ano. Já devolvemos cerca de 1.400.000€. Até ao final do ano vamos ser obrigados a devolver quase 2.000.000€.*

Porquê? A situação conta-se de uma forma muito rápida. Há uns anos a Assembleia da República aprovou, e bem, uma lei em que os fundos imobiliários que estavam isentos de IMT deviam passar a pagar IMT, e passaram a pagar. Mas quem fez a legislação “esqueceu-se, estes esquecimentos são sempre muito duvidosos”, de revogar a legislação anterior.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Os fundos imobiliários agarraram na legislação e foram para tribunal alegando que a legislação continuava em vigor. Os tribunais têm estado a dar razão aos fundos imobiliários e temos vindo a ser obrigados a devolver este dinheiro.

Como digo, são 2.000.000€ durante este ano, o que significa “um murro no estomago”, devolver num ano 2.000.000€ de IMT. É um valor muito significativo, como compreenderão, que nos vai causar problemas, já está a causar problemas em termos de tesouraria, vai-nos aumentar o prazo médio de pagamento que tínhamos vindo a baixar etc.

Esta situação causa-nos um conjunto de problemas relativamente aos indicadores que estavam a evoluir positivamente e que agora se vão ressentir com esta situação,

Situação que somos alheios, e que não é um problema de Évora, é um problema de todas as Câmaras do País, em particular daquelas em que os fundos imobiliários têm uma atuação maior-

Foi algo completamente inesperado, fomos apanhados de surpresa. Temos a informação que a Assembleia da República para este ano já terá resolvido o problema, feito a revogação da referida lei. Vamos admitir que as coisas vão voltar à normalidade, mas o facto é que enquanto não voltam o Município de Évora perde 2.000.000€. O que significa uma situação muito complicada e complexa para quem não estava à espera de uma quebra de receita tão grande relativamente ao IMT”.

Em seguida, informou que a reestruturação dos serviços municipais foi publicada, que a sua implementação se iria iniciar.

Relativamente às questões de limpeza e higiene pública, o assunto foi abordado anteriormente e nada mais havia a dizer.

Lembrou a inauguração da iluminação cénica do Aqueduto. Chamou a atenção para o Hospital Central do Alentejo.

Referiu-se também à redução tarifária para o transporte rodoviário que é feita ao nível do distrito, do Alentejo Central, cuja gestão é da CIMAC, que procedeu à redução tarifária para todos os transportes rodoviários, à exceção, dos transportes públicos no Distrito de Évora que estão sob gestão municipal, que por sua vez, introduzido um desconto global de 55% nas tarifas da Trevo.

Recordou que continua por resolver o problema dos transportes ferroviários, que se realizou uma reunião com a CP onde se abriram algumas perspetivas e a possibilidade de a curto prazo, se conseguirem resolver algumas questões burocráticas, como os comboios não dependerem apenas de uma autoridade de transporte, mas várias. Espera que a questão ferroviária seja resolvida, embora acredite que não seja este ano, porque o Orçamento de estado não tinha verba para a redução tarifária deste tipo de transporte. Acredita que se resolva no próximo ano.

Saudou a assinatura do Contrato de Comodado do Cromeleque dos Almendres. Foi uma negociação, difícil e complexa mas que conseguiram fechar.

Deixou um reconhecimento aos proprietários da propriedade que ao longo do tempo deram a contribuição para a salvaguarda do Cromeleque. A partir de agora existem as condições de avançar para o plano de preservação do Cromeleque. Nesse sentido, irá ser contactada a Direção Regional de Cultura do Alentejo e a Junta de Freguesia, para que em conjunto, se possa iniciar a sua proteção.

Referiu a realização do “Handi Fly/2019”, competição Internacional para pessoas com deficiência motora. Que juntou vários atletas de 9 países.

Foi também assinado o contrato que permitirá o avanço da obra do Salão Central. Os documentos foram enviados para o Tribunal de Contas, que no mínimo demora 2 meses a responder, pelo que espera que no início do próximo ano a obra do Salão Central possa iniciar-se.

Foi concluído o “Artes à Rua” com algum êxito, foi dada a indicação, que não aconteça o mesmo que aconteceu o ano passado, e que o Relatório deste ano e do ano passado revisto, tão breve quanto possível.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Aconteceu mais um “Festival FIKE” curtas-metragens, organizado pela SOIR a Câmara deu a sua colaboração a esta iniciativa.

Está em curso a Semana Europeia da Mobilidade.

A terminar a apresentação do ponto, o Sr. **Presidente da Câmara** lembrou que no âmbito da estratégia ambiental da Câmara, onde tem um conjunto de projetos, sendo um deles o das Alterações Climáticas foi ontem apresentado um projeto de grande dimensão europeia, PROJECT POCITYF, em que as cidades piloto são Évora e Alkamaar na Holanda. Têm um conjunto de empresas e instituições de vários países europeus, que visa testar um conjunto de tecnologias já existentes em ambientes urbanos para poderem ser utilizados noutras cidades.

Uma das aplicações dessas tecnologias é em Centros Históricos tendo em conta as suas restrições será necessário encontrar respostas, para que sem intervenção descaracterizadora nos edifícios se consiga adaptar as novas tecnologias à identidade dos edifícios.

No concelho de Évora serão 3 zonas piloto, Centro Histórico, Valverde e Zona Industrial de Évora.

De manhã foi apresentado no âmbito ambiental, relacionado com o POCITYF o Laboratório Vivo para a Descarbonização, projeto piloto que pretende testar e avançar tecnologias que visam a descarbonização que tem as mais variadas implicações, desde a mobilidade até ao testar tecnologias próprias na área.

O Sr. **Adelino Fonseca** interveio para solicitar esclarecimentos sobre documento apresentado, particularmente sobre o projeto de negociação do Posto de Turismo, quando afinal a informação se resume ao número de turistas que visitaram a Cidade de Évora. Nesse sentido solicitou explicação sobre o projeto da negociação do Posto de Turismo. Seria interessante saber em que ponto estão as negociações.

Também é referido no documento que se procede ao desenvolvimento da zona industrial de S. Sebastião da Giesteira, gostaria de saber qual o ponto da situação. Não há outra qualquer referência sobre o assunto.

Gostaria de saber o ponto da situação sobre o paraquedista que cai sobre uma aeronave, houve ou não, intervenção dos GPIAAF e se foi feito relatório desse incidente.

Por último, lembrou que estes dados são de 31 de agosto, o que significa que é mais que metade do ano em termos de Execução Orçamental. No que concerne a receitas, a execução corresponde a 52,5% o que significa um desvio, não muito preocupante, embora considerando que é mais um bimestre que o meio do ano. Em relação às receitas de capital, o cenário é um pouco melhor, também longe do objetivo e com algum desvio.

Mas bem pior, pelo que pediu uma explicação ao Sr. Presidente da Câmara, em relação à execução orçamental da despesa no que diz respeito às despesas correntes, são 92,3% de execução e no que concerne às despesas de capital, 87,7% de execução, o que no geral, dá uma execução total de 91,1% do orçamento. Como vai ser possível governar até ao final do ano, perguntou. Que reflexos têm estes números na tesouraria.

O Sr. **Frederico Carvalho** interveio para reforçar a pergunta sobre a ETAR da Boa-Fé. Sabe que é repetitivo em algumas questões, mas apenas quer ficar a saber o andamento das mesmas. Assim, voltou a perguntar sobre o parque canino, se há ou não algum desenvolvimento sobre essa questão. Queria deixar também algumas sugestões em relação á plantação de árvores, existem muitos espaços que poderiam ser cobertos de vegetal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Não podia deixar de referir um trabalho feito, e bem feito, pelos serviços municipais, na melhoria das acessibilidades nomeadamente no Centro Histórico. Mas não se pode esquecer que ainda há muitos espaços na zona de passeadeiras em que é necessário fazer essas melhorias.

Em relação à deficiente iluminação do espaço público, tem reparado, ultimamente, numa série de pvc encarnados sem postes, sobretudo junto à zona intramuros. Não sabe se é responsabilidade da Câmara ou da EDP,

Em relação ao Coreto do Jardim Público perguntou se havia alguma informação nova.

Relativamente ao alojamento, depois da reunião de Economia e Turismo, em que falaram sobre alguma deficiência da oferta, por Évora ser uma cidade cara, com pouca oferta face à procura. Este ano houve um aumento ainda maior na Universidade de Évora, o que significa maior procura. Nesse sentido perguntou se o projeto de readaptação de casas (pensa que no Bairro do Escurinho), para arrendamento a estudantes, se havia algo de novo.

Em relação às instalações municipais que estiveram previstas para o antigo Terminal Rodoviário, na Rua da República, gostaria de saber se havia previsão da recuperação do espaço para a instalação dos serviços de recursos humanos e técnicos da Câmara.

Por último, saudou o Contrato de Comodato assinado, de forma que a autarquia possa ter um trabalho mais pro-eficiente, na salvaguarda e valorização daquele excelente e único monumento arqueológico.

A Sra. **Ângela Caeiro** começou por felicitar a Câmara pela realização do Évora Urban Village. Foi muito positivo para Évora a concretização de um festival para a Juventude.

Independentemente de Évora ser candidata a Capital Europeia da Cultura 2027, deve ser replicado, é necessário dinâmica. Contudo pensam que os estilos musicais devem ser mais diversificados de forma a serem mais abrangentes e captar um maior número de público-alvo.

O Artes à Rua foi também uma boa iniciativa, sendo uma das queixas mais ouvidas, a realização de vários eventos a decorrerem ao mesmo tempo, impossibilitando as pessoas de irem os espetáculos que gostariam, por se sobreporem.

Gostariam também de saber se há previsão para quando o arranjo do Coreto do Jardim Público.

Relativamente ao alojamento universitário ouviram falar numa residência universitária junto à piscina, gostariam de saber se há desenvolvimento sobre esta questão.

Por último perguntou o porquê das piscinas terem encerrado para obras no dia 1 de setembro. As obras eram necessárias mas poderiam ter sido 15 dias depois e conjugar as obras com o início do ano letivo, que por coincidência começou mais tarde.

O Sr. **Bruno Martins** interveio para solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que se comprometesse com um prazo apresentação do relatório de custos e atividades do Artes à Rua, passou um ano, tempo mais que suficiente, e também um prazo para apresentação do relatório de custos e atividades deste ano.

Em relação à programação deste ano, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se mantinha a declaração de que o orçamento foram 500.000€, ou se entretanto houve alguma alteração ao orçamento porque os contratos lançados rondam os 500.00€ e nem sequer a 15% da programação correspondem. Perguntou qual o orçamento previsto, em números redondos. Gostaria de saber.

Em relação ao festival Évora Urban Village deixou o seguinte requerimento oral: *“requerimento que seja facultado, pelo menos ao BE, o processo de adjudicação da produção do festival Évora Urban Village à AMGMusic”*.

Em seguida, solicitou que lhe fossem entregues os documentos pedidos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

A terminar, perguntou ao Sr. Vereador Eduardo Luciano se confirmava as declarações que deu à Diana FM de que o Festival Évora Urban Village foi ideia do Conselho Municipal da Juventude, não deram conta de qualquer debate sobre o Festival no Conselho Municipal da Juventude.

O Sr. **Jerónimo José** referiu-se a um problema de eletricidade que existe há dois meses junto à Queijaria do Cahopas, está completamente às escuras. Avisaram a EDP que informou que não existe avaria. Que há necessidade de fazer uma intervenção mas terá que ser a Câmara a solicitar a intervenção.

Na estrada da Chainha, onde era a estrada para o Cantinho dos Animais fazem despejos que a Câmara a seguir vai limpar. Sugeriu há algum tempo, colocados mais contentores de lixo indiferenciado ou contentores de reciclagem para as pessoas das quintas começarem a fazer reciclagem, como junto à Qtª do Patão, e assim o espaço era ocupado evitando os despejos para o chão. Ao contrário do que foi pedido, os contentores foram todos retirados e os fregueses reclamam, sentem que foram prejudicados pelos que vão prevaricar.

A Junta recebeu uma convocatória para a próxima terça-feira, ainda não conseguiram reunir-se pelo que solicitou uma nova data para a reunião com as Juntas.

Face às perguntas anteriores, em relação ao Posto de Turismo, o Sr. **Presidente da Câmara** informou que o Sr. Vereador Eduardo Luciano esclareceria a situação.

Depois, relativamente ao Parque Industrial de S. Sebastião da Giesteira comunicou que a obra para conclusão do parque foi iniciada. De momento está a ser feita uma estação elevatória para resolver o problema. Esta é feita em fábrica e depois aplicada. Já foi feito o plano de segurança. Esperam que finalmente se resolva o problema do Parque Industrial de S. Sebastião.

Sobre o acidente no Aeródromo, afirmou que, naturalmente foi comunicado e acompanhado. Relembrou uma notícia que saiu na sequência deste acidente, completamente falsa, que foi desmentida de imediato, “*que o paraquedismo vinha atrasar os voos.*” Sabem de onde veio e quais as intenções desta notícia.

Em relação à questão orçamental, de facto, à medida que o orçamento vai deixando de ser menos virtual e mais real, vai sendo mais reduzido, a taxa de execução tende a aumentar e os últimos meses do ano tornam-se mais difíceis. Foram tomadas um conjunto de medidas para que no final do ano exista solução para o que tem que ser ainda concursado e cabimentado.

Quanto à ETAR das Carvalhas o processo está a avançar. a Câmara assumiu fazer a ETAR se as Águas do Vale do Tejo, que tinham obrigação de a fazer, não a fizessem.

Depois de tomada a decisão, a Câmara foi contactada pelas Águas do Vale do Tejo com a informação de que iriam avançar com o processo. Meses depois quando foi solicitado o projeto, verificou-se que não existe. Agora existem dúvidas também acerca do projeto dos Canaviais.

Acerca do ao parque canino, lembrou ter sido um trabalho iniciado pelo Vereador João Rodrigues, que está em andamento e identificados os locais possíveis. Poderá avançar, possivelmente antes do previsto.

Sobre as plantações, está a ser feita a replantação do Alto de S. Bento, com mais de 300 árvores, acompanhada pela Universidade de Évora. Está previsto o seu aumento, bem como noutras zonas.

Quanto às acessibilidades há ainda muito a fazer.

Em relação à iluminação pública, há um contrato com a EDP e quem tem que fazer a manutenção é a EDP. A Câmara quando identifica problemas contacta a EDP, tem havido alguma resposta, mas no último ano percebe-se que a resposta é muito mais lenta, embora haja alguns casos gritantes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Sobre o Coreto, o contrato com o empreiteiro é quando acabar a obra do Palácio D. Manuel tenha a obra do Coreto concluída.

Relativamente ao alojamento para estudantes, houve uma polémica que já foi esclarecida, não há atrasos por parte da Câmara, em relação à grande residência para estudantes. Aguardam-se os projetos de especialidades. A Câmara não pode licenciar o que não existe. As relações com a Universidade são boas e está tudo esclarecido com a Sra. Reitora, embora as declarações tenham sido infelizes. A Câmara não atrasou, pelo contrário.

No que respeita ao processo da Ex- Rodoviária, o projeto está praticamente concluído, já foi a reunião de câmara. Vai ser maior do que se pensou. Entre outras coisas, será para serviços municipais, possivelmente com um centro que permita ter livros, estudos, etc. Para candidatar a fundos europeus, as instalações municipais, por si só, não são candidatóveis.

Quanto ao Évora Urban Village, foi uma primeira experiência, com a qual é preciso aprender. Em relação ao Artes à Rua é preciso coordenar as coisas, e pensar nos públicos diferenciados. Foi feito um balanço com os criadores de onde serão tiradas informações, propostas, sugestões e críticas para melhorar no próximo ano.

Para residências universitárias, a Câmara através da Habévora já avançou com duas habitações, já está aprovado o seu financiamento, T4 e T5 que poderão avançar para obra.

As piscinas municipais encerraram exatamente por causa do financiamento. A obra tem prazo para estar concluída, sob pena de perder o financiamento,

Em relação ao relatório do Artes à Rua, existem 3 situações que devem ser diferenciadas, como já referiu:

Primeira componente – chamado aviso aos criadores e artistas locais, que estando no Artes à Rua, constitui algo autónomo com um orçamento diferenciado, de 150.000€. Tendo em conta a elevada procura, o orçamento foi aumentado para duzentos e pouco mil euros;

Segunda componente – dentro do Artes à Rua, mas não é diretamente do Artes à Rua, é a ligação com outros festivais, com outras iniciativas que pretendemos fazer, na perspetiva da Capital Europeia da Cultura.

Terceira componente – Ao fazer essa ligação, com um tratamento muito próprio o orçamento aumento, não sabe dizer quanto, mas o pedido fica registado.

Quanto à eletricidade irá ser visto com a EDP, que é a responsável.

Remarcar a reunião com as freguesias, terá que se acertar com o Sr. Vereador Alexandre Varela. E fazer reuniões individuais com cada uma das freguesias como foi prometido.

Em resposta à pergunta sobre o projeto do Posto de Turismo o Sr. **Vereador Eduardo Luciano** esclareceu que o projeto está concluído. Foi elaborado pela Arqt.^a Ivone Shore, antes de ir trabalhar para outro município. Está prevista uma reunião com os trabalhadores do posto de turismo, para percebermos em que condições o podemos executar devido á forte componente de mão-de-obra municipal, nomeadamente na questão dos armários. É preciso perceber com os serviços em que condições é que podemos dar uma nova imagem ao Posto de Turismo, tendo em conta o projeto que está na CIMAC do Centro de Acolhimento Turístico Regional

Em resposta ao eleito Sr. Bruno Martins, do que se lembra ter dito na Rádio Diana, foi no contexto da Juventude.

Lembrou que não é membro do Conselho Municipal de Juventude. Foi-lhe transmitido pela anterior e pela atual Vereadora que era uma preocupação dos jovens um festival dedicado a uma faixa etária mais baixa, e que este festival terá sido uma tentativa de resposta. Não o disse, porque não foi de facto, discutido este conceito, que tenha conhecimento, no Conselho Municipal de Juventude.



Quis dizer sim que no Conselho Municipal de Juventude várias vezes foi manifestada o conceito do festival Jovem que acontecia na Mata do Jardim Público. Assim, decidiu-se avançar com este novo conceito. Pelo conhecimento que lhe tem chegado pela própria Vereadora e um dos seus filhos, que está tudo a correr bem e que amanhã não poderão acontecer na mata, o que é uma pena porque o esforço dos serviços municipais posto na iluminação para transformar a Mata do Jardim Público num Bosque Mágico, vale a pena passar por lá á noite, ainda que a chover, o espaço vai estar aberto com entrada gratuita.

O Sr. **Vereador Alexandre Varela** respondeu diretamente à questão colocada pelo Sr. Presidente da junta de Freguesia com a seguinte informação, que deve ser para todos os presentes: *“Ao longo do último ano, nós levantámos mais de 4.000 postos ilegais de resíduos. Apesar de termos dois serviços, um para resíduos urbanos de grandes dimensões e outro para os resíduos verdes.*

Curiosamente muitos dos depósitos ilegais dos resíduos verdes são em zonas onde poderia haver um aproveitamento muito maior, nomeadamente ao nível da compostagem, nas quintas e nas zonas semiurbanas.

Isto para dizer que de facto, tem havido um esforço bastante grande da parte dos nossos trabalhadores, que sempre que estão ocupados com estas coisas, não estão ocupados a limpar ervas como no Centro Histórico e noutros locais, sempre que estão ocupados a fazer as coisas que as pessoas deveriam fazer e ter mais cuidado. Não estão a trabalhar nos outros locais. É preciso ter isso em conta.

Estamos a preparar um plano de intervenção integrado, onde foram identificados um conjunto de pontos críticos. Estamos a trabalhar essa informação e a sistematizar um conjunto grande de informação que os serviços têm. No sentido de oferecer uma melhor qualidade de serviço e serviços mais organizados.

Essas são situações pontuais, serão resolvidas tão rápido quanto se exige. Não foi nenhuma retaliação, nem poderia ter sido. Não vou comentar.

A ideia é organizar as coisas e dar a melhor resposta possível. Temos que ser todos a contribuir para isso. “

O Sr. **José Maria Figueira** interveio para referir relativamente à preocupação do Município na devolução de IMT correspondente aos fundos imobiliários, após o esforço gigante feito pelo Executivo Municipal de recuperar a situação existente, esta nova situação dramática, tem implicações ao nível da atividade municipal em termos de obras, outras intervenções e atividades que poderiam favorecer a população, e que, neste momento estão condicionadas

De seguida, perguntou se a ANMP tinha alguma visão sobre o que se passa no país, se houve alguma ação concertada dos municípios atingidos por esta situação, no sentido de perceber se podia fazer alguma coisa.

Na segunda questão referiu a iluminação pública e as questões da EDP. Perguntou como estava a questão das concessões em baixa tensão, pode ser um problema para as populações a EDP pode não ficar com a concessão em baixa.

A terminar, solicitou que na próxima reunião o Sr. Presidente da Câmara trouxesse uma informação a propósito dos investimentos das Águas do Vale do Tejo. Quer saber qual o valor pago nos últimos 4 anos pela Câmara e quais o valor dos investimentos nos últimos 4 anos nas suas mais variadas formas jurídicas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Faz toda a diferença entre um sistema multimunicipal e um sistema de águas públicas. A continuar assim, 20 municípios chegarão ao final de 2020 com mais de 120,000.000€ investimentos diretos nas ETAR's.

O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu em relação ao IMT e às leis conflituantes que têm tentado contactar a ANMP e a mais favorável ao fundos imobiliários é a que os isenta. Não acredita que a Assembleia da República vá alterar o orçamento para compensar as câmaras.

Concessões em baixa, está a ser concertada ao nível da ANMP e CIMAC.

Questões de pagamentos têm todos, é apenas uma questão de juntar aos investimentos todos os documentos.

SEGUNDA PARTE DESTINADA AO PÚBLICO

Não se verificou nenhuma intervenção

APROVAÇÃO EM MINUTA

O plenário deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta os pontos 1,2,3,4,5, 6 e 7 desta Ordem do Dia, nos termos do n.º3 do art.º 57-º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro

Não existindo mais assuntos para tratar, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão pelas duas horas e vinte cinco minutos do dia seguinte, da qual e para constar se elaborou esta ata, que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

(Ata aprovada por unanimidade, na sessão de 26/02/2021, não tendo participado na deliberação 7 dos 33 membros presentes na sessão, por terem estado ausentes na respetiva sessão)

Não dispensa a consulta do documento original